

# Tribuna da Luta Operária

ANO VIII - Nº 305 - DE 23 A 29 DE MARÇO DE 1987

Cz\$ 5,00

Ocupação de terras em Guaianases, São Paulo

## REFORMA URBANA FEITA NA MARRA

Em Guaianases, na Zona Leste de São Paulo, mais de 4 mil famílias ocuparam dezenas de lotes vazios para escapar dos altos preços dos aluguéis. O movimento se alastra, causando pânico nos especuladores imobiliários, temerosos de perder seus latifúndios urbanos. Veja na página 8

EDITORIAL

### Só trocam os nomes

Caiu o ministro Sayad. Mas o que mudou? A inflação de fevereiro foi anunciada oficialmente: 13,9%. Ao mesmo tempo já se noticia que os remédios vão ter um novo reajuste, de 35%, e o automóveis de 30%. Os trabalhadores tomam conhecimento, revoltados, que através do artifício de não corrigir as tabelas do imposto de renda o governo pretende arrancar bilhões de cruzados dos contribuintes para os cofres públicos. Existe perspectiva de alteração desta realidade?

Infelizmente esta mudança no ministério não vai alterar basicamente nada disto. O episódio é fruto de disputas internas na equipe ministerial - e do jogo pelo poder de distintas correntes que compõem o governo - mas em torno de questões não essenciais, que não dizem respeito aos rumos fundamentais da economia.

Mas os representantes da direita tratam imediatamente de explorar este momento de certo desequilíbrio para forçar o governo a capitular inteiramente aos ditames do capital estrangeiro e adotar uma orientação ainda mais desfavorável aos trabalhadores. Assim, o jornal "O Estado de S. Paulo", baluarte do entreguismo mais descarado, apela por alterações mais profundas no ministério, marchando para "um país aberto aos influxos do exterior". Imaginem, esta gente ainda acha pequena a interferência estrangeira nos destinos de nosso país. Quer mudar para pior.

O povo também quer uma reorientação política. Não uma mera troca de nomes no ministério mas medidas enérgicas que assegurem a independência da pátria e um desenvolvimento progressista.

Assim, os trabalhadores consideram urgente levar adiante a suspensão do pagamento da dívida externa e dos respectivos juros. O governo ficou no meio do caminho nesta questão - anunciou uma suspensão parcial do pagamento dos juros e trata de revol-

ver as coisas em negociações com os banqueiros internacionais. Este caminho de conciliação pode conduzir a novos laços de dependência aos credores.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer se de fato devemos alguma coisa - existem dados abundantes que apontam o endividamento externo como um processo irregular, cheio de negociações. Depois, urge tomar decisões que cortem pela raiz as pressões dos magnatas estrangeiros: interditar a retirada de capitais do país, sob qualquer pretexto; nacionalização de empresas multinacionais que sabotem a produção; busca de alternativas para as exportações brasileiras, rompendo com as amarras impostas atualmente ao nosso comércio exterior.

No plano interno, colocam-se como aspirações generalizadas a reforma agrária e mão forte contra os sonegadores e especuladores. O governo falou muito nestes assuntos mas na prática colocou-se ao lado destes inimigos da pátria e contra os interesses do povo.

Nesta batalha, as forças populares defrontam-se com duas tarefas simultâneas: opor-se ao governo Sarney, que serve aos interesses conservadores das classes dominantes, e aprofundar a luta contra a espoliação do capital estrangeiro e a atividade das forças de direita.

A divulgação de plano após plano, de pacote sobre pacote, e agora o afloramento das dissidências no ministério, revelam a impotência da burguesia diante dos problemas candentes do país. O povo deve organizar suas forças numa ampla frente e, nas lutas do dia a dia, criar as condições para uma alternativa de poder democrático e progressista, para realizar as mudanças reclamadas pela nação nas jornadas das diretas já. A palavra de ordem "Muda Brasil" precisa se transformar em realidade.

### Queda de Sayad não altera o rumo da economia

João Sayad já não é mais o ministro do Planejamento. Demitiu-se na semana passada por não se entender com o colega da Fazenda, Funaro. O fato não vai aliviar a grave crise econômica. Veja na pág. 4



O ministro já não apitava muito

### Marítimos resistem à repressão militar

Algumas empresas já fazem acordo e o TRT do Rio condena a intransigência do sindicato patronal. Pág. 6



### Uma trajetória de 65 anos fiel à revolução

Desesperadamente a burguesia diz que a classe operária não precisa de um partido marxista. No dia 25 de março, o PC do B comemora 65 anos e comprova, com a vida, que esta organização é indispensável. Pág. 5

### CONSTITUINTE EXCLUSIVO:

A tribuna teve acesso a um estudo do ex-deputado João Gilberto que explica o funcionamento da Constituinte e revela, com base no regimento interno, os momentos mais propícios à pressão popular. Página 4

### Greve dos bancários dia 24 de março

A categoria tem piso de apenas Cz\$ 2.710,00 e reivindica 100% de reajuste. Só o Bradesco lucrará, no 2º semestre de 86, Cz\$ 3,9 bilhões, mas os banqueiros não querem negociar. 152 entidades de todo o país decidiram greve por tempo indeterminado. Veja a opinião de Álvaro Gomes, secretário-geral do Sindicato dos Bancários da Bahia. Pág. 8

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# A Marinha com medo do naufrágio

Os militares argentinos, em termos de arrogância, não ficam atrás dos seus colegas brasileiros. Acusados de torturas e assassinatos no período da ditadura militar, os oficiais resistem a serem julgados pela justiça civil argentina. Até uma missa foi realizada em solidariedade aos processados.

O presidente Raul Alfonsín cedeu bastante aos militares. A lei do "Ponto Final", aprovada pelo Congresso, impede que novos processos sejam abertos contra os militares. Mesmo assim, os oficiais argentinos não se dão por contentes: querem que parem os processos em andamento.

O estopim da última revolta dos militares argentinos foi o processo contra catorze oficiais da Marinha, sendo quatro almirantes, todos acusados de participarem na tortura e morte de opositores. Já o Exército amarga com a prisão preventiva do ten. cel. Osvaldo Quiroga, ajudante-de-campo do chefe do Estado Maior das Forças Armadas da Argentina.

## PROTESTO DA DIREITA

A direita argentina protesta. Numa missa realizada em Buenos Aires, em solidariedade aos militares processados, grupos de extrema-direita distribuíam panfletos dizendo que "a democracia é uma perversão política que permite aos liberais, maçons, judeus, comunistas usurparem o poder". Quando um repórter pediu um panfleto, recebeu como resposta: "Aos jornalistas, nada! Eles são os maiores prostitutas da pátria". Isso já dá bem uma idéia do "reacionarismo" dos presentes.

Enquanto isso, prossegue os processos. Estão sendo julgados, em Córdoba, os capitães da ativa do Exército, Enrique Mones Ruiz e Gustavo Adolfo Alsina. E o Conselho de Almi-



Inscrições no obelisco de Buenos Aires: a sede de Justiça do povo deixa os militares com um nó na garganta

rantes da Marinha planeja a defesa dos seus catorze almirantes processados.

## LIMITAÇÕES

Ainda que a situação argentina representa um avanço no sentido de apurar as responsabilidades por mais de 30.000 desaparecimentos (segundo entidades de defesa dos Direitos Humanos), há muitas vacilações do governo.

A postura adotada pelos Comandos Militares se caracteriza como uma afronta ao poder constituído e à Justiça, classificada de "parcial" e "com intenção premeditada de des-

gastar a imagem das Forças Armadas", pelos militares. Querem, com isso, anular os processos e mais ainda, justificar os crimes que cometeram durante a ditadura.

As entidades humanitárias, reunidas em assembléia, alertaram o governo, através de um documento que diz que "a situação configura um levante militar contra o estado de direito". Mas o vice-presidente da República, Victor Martínez, considera que não há conflitos entre militares e Justiça civil.

## AVANÇOS

Os militares saíram bastante

desgastados após a queda da ditadura argentina. Ainda que o processo de transição não tenha ocorrido de forma revolucionária, mobilizou amplas massas e fez com que os candidatos à presidência assumissem bandeiras democráticas. Assim, Alfonsín remeteu ao Congresso uma nova lei definindo o papel das Forças Armadas (aprovada o ano passado), limitando-a à defesa externa: a Justiça apura os responsáveis pelas torturas e assassinatos de opositores e assim por diante. Esses poucos avanços já incomodam a extrema-direita argentina.

A situação merece atenção

quando se faz um paralelo ao Brasil. A transição no Brasil não rompeu, em absoluto, com o militarismo. Não só não foi tomada nenhuma iniciativa de apurar os crimes praticados pela ditadura brasileira, como também os militares participam ativamente da política. Em nada surpreende quando o cel. Ulstra lança um livro defendendo a tortura, o gal. Medeiros sai a campo atacando o governo, o mesmo acontecendo com o ex-presidente gal. Figueiredo. Os militares brasileiros temem uma situação como a argentina. Mesmo com as limitações. (Dennis de Oliveira)



## Velhos olhos azuis

O cantor Frank Sinatra não poderá apresentar-se na Suécia e Noruega - onde tem shows marcados este ano - caso não se comprometa a cancelar seus espetáculos na África do Sul. Sinatra tem cantado com frequência em Joanesburg, para platéias onde negros não entram.

## Coisa de racista

Os corpos de sete estudantes negros sul-afrikanos, mortos a tiros e punhaladas foram encontrados dia 17 em Kwamashu. Os assassinatos teriam ocorrido durante uma greve estudantil. Os estudantes tinham idades que variavam de 15 a 17 anos.

## 14 meses de greve

No próximo dia 24 completam-se 14 meses da greve dos operários da divisão de armas da Colt em Connecticut, EUA. Trabalhadores da construção civil de Nova Iorque e Nova Inglaterra apóiam o movimento.

## Fascinação

"Gorbachev tem uma mentalidade mais interessante do que a de seus predecessores. É mais fascinante lidar com ele". Não, a declaração não é de nenhum proletário russo. O fascínio de Gorbachev cativou mesmo foi o ex-secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, até hoje um dos mais autorizados representantes do imperialismo yanque.

## Mal de família?

O jornal "Sovietskaia Rossia" publicou uma relação de 3.500 prostitutas de 14 a 70 anos que fazem *tróitro* em Moscou. É o resultado de "uma longa pesquisa" feita pelo major S. Adjev, que constatou que "muitas vezes, avó, mãe e filha trabalham lado a lado". O governo de Moscou admitiu, também, que em 1980 foram expulsas 70 prostitutas do país. É a triste realidade da URSS, que um dia foi socialista...

## Tempos difíceis

Os integrantes da família real inglesa tiveram um "pequeno aumento" no auxílio que recebem do Estado. A rainha Elizabeth foi aumentada em 189.300 libras (Cz\$ 6,25 milhões) neste ano, e seu marido, Philip receberá 9 mil libras (Cz\$ 297 mil) a mais do que ganhou em 1986. Com isso, em 1987, o casal real custará ao povo inglês, só em salários, 4.641.400 libras (Cz\$ 149.600 milhões). Essa verba Sua Majestade usará para administrar seus castelos e propriedades e para despesas de viagem e lazer.

## Repressão "socialista"

Mais de 60 pessoas ficaram feridas, dia 12, devido ao ataque da polícia a grevistas em Renosa, Espanha. Os operários protestavam contra a decisão da siderúrgica Forjas y Aceros de demitir 463 de seus 1.700 funcionários. Os patrões ligaram para o governo social-democrata de Felipe González, que não se fez de rogado e soltou a polícia sobre os grevistas.

## Te esconjuro!

Esta também foi na Espanha: o padre Eladio Blanco Villa atacou a população de Pexeiros de Blancos. Arvorando-se em emissário de Deus, o padre tentou impedir o enterro cristão de uma velhinha, de 84 anos, que, na opinião do sacerdote, "ia pouco à missa". A polícia revistou a casa do pároco e encontrou uma submetralhadora, três rifles, três pistolas e quatro escopetas de cano serrado.

## Pinochet não perdoa

A ditadura militar do general Augusto Pinochet considerou "insatisfatório" um pedido de desculpas da Igreja pelas declarações do bispo de Linares, Carlos Camus. O bispo elogiou a oposição chilena que não pactua com o ditador. A Igreja, que está preparando a visita do papa João Paulo II ao general, desautorizou as declarações de Camus. Mas Pinochet não aceitou a retratação.

## Pinochet ataca

Os gendarmes do ditador chileno prenderam 15 professores que protestavam, dia 13, em Santiago, contra a demissão de 8 mil docentes de colégios e liceus em todo o país. Bombas de gás lacrimogênio e cassetetes foram utilizados contra os mestres e os jornalistas que cobriam o ato.

## Os que perdem...

O Fundo Monetário Internacional revelou que, em 1986, as reservas cambiais dos 131 países mais pobres associados ao FMI cairam 17%. A América Latina foi o continente que mais perdeu divisas (28,3% das reservas, equivalentes a 26,6 bilhões de dólares).

## ...os que ganham

Segundo o FMI, os 15 países mais ricos aumentaram suas reservas a uma média de 10%. O Japão aumentou suas reservas em 20%, ou seja 30,6 bilhões de dólares. Os EUA aumentaram suas reservas em 10% ou 30,6 bilhões de dólares. A Alemanha foi quem mais ganhou: 42,3 bilhões de dólares. "As reservas mundiais ampliaram-se em 10,3%", afirmou o FMI, acrescentando que os países ricos detêm 61% dessas reservas, 5% a mais que em 1985.

## Quando casa quer casa

Enquanto no Brasil (ai de nós) e até nos EUA agrava-se a cada dia o problema da habitação popular, a Albânia demonstra com fatos que o socialismo é, realmente, o sistema social do desenvolvimento contínuo. Somente nos últimos cinco anos foram construídas 85 mil habitações populares na Albânia. Detalhe: a população do país é de 4 milhões de habitantes.

# Governo tortura, mata e monta uma farsa

Foi uma farsa o "enfrentamento" entre o Exército colombiano e o comandante do Exército Popular de Libertação, EPL, Ernesto Rojas, que resultou na morte de Rojas. Na verdade o comandante guerrilheiro e seu companheiro, Alonso Correa, foram capturados pelas forças de repressão, barbaramente torturados e assassinados.

Segundo as informações oficiais, Ernesto Rojas teria sido morto no dia 15 de fevereiro, "ao tentar escapar de um cerco policial perto de Bogotá". E essa foi a versão veiculada pelas agências de notícias internacionais, sem nenhum tipo de contestação.

Mas agora a verdade dos fatos começa a despontar. A polícia, o F-2 (um dos organismos colombianos de repressão) e o Exército efetuaram uma montagem para encobrir sua responsabilidade no assassinato de Rojas e Angel Alonso Correa. Ocultaram os fatos reais e pressionaram por todos os meios para evitar questionamentos sobre o sucedido.

O corpo do comandante Ernesto Rojas apresentava

numerosas feridas nas costas e outras marcas de tortura. Alonso Correa, de 23 anos, apareceu sem dentes e com inúmeras marcas de golpes.

## TIROS A QUEIMA-ROUPA

As marcas dos disparos feitos sobre o carro durante o suposto tiroteio procediam de armas de grosso calibre e os impactos sobre os corpos dos guerrilheiros eram de calibre pequeno. Além disso, a posição dos disparos sobre o veículo não corresponde à dos impactos que tiraram a vida de Ernesto e Alonso, que foram feitos de frente e a poucos centímetros de distância.

Deve-se acrescentar que na farsa efetuada pelo inimigo para-fazer aparecer sem vida os membros do EPL, o comandante Ernesto foi colocado no assento do condutor do carro e a polícia disse que exercia essa função com grande habilidade. Isto é mentira, pois quem conduzia o carro era Alonso...

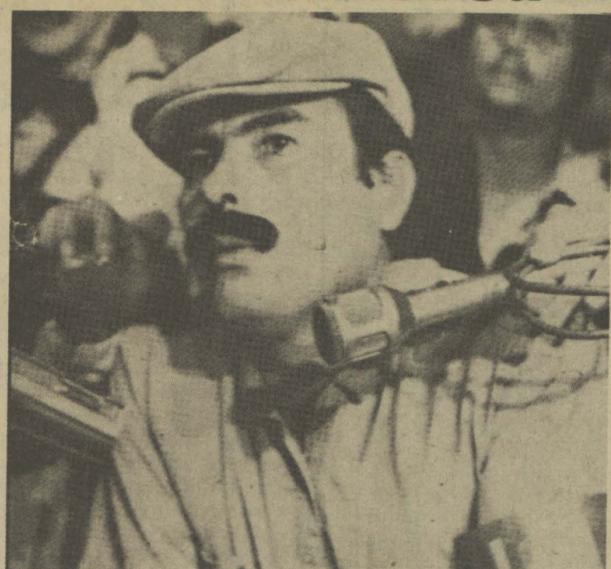
Houve uma supetosa demora na entrega da notícia e dos corpos dos opositores assassinados, e é obsessiva a insistência dos militares e da



polícia para que os meios de comunicação não falem do assassinato ou se refiram aos fatos só nos termos da versão oficial.

## TERRORISMO

Na Colômbia, as torturas, os desaparecimentos e os assassinatos se converteram em prática cotidiana. A pena de morte se aplica sem justificativas jurídicas e muito menos morais e os meios de comunicação da burguesia fazem eco aos



Alonso e o comandante Rojas (foto maior), do EPL: corpos marcados

"valentes" militares que primeiro matam e depois perguntam de quem se tratava.

Sobre este assassinato, é necessária uma campanha de denúncias, exigindo o esclare-

cimento da responsabilidade do regime e de suas forças de repressão; que sejam castigados os culpados e que fique claro o caráter do governo de Virgílio Barco Vargas.

# Intrigas e mistérios na rota dos dólares para os "contras"

Problemas à vista para os contra-revolucionários nicaraguenses: não bastassem suas divisões internas e a eterna indecisão de Arturo Cruz - que entra e sai a toda hora da dire-

ção do movimento -, agora a Câmara e o Senado dos EUA, provavelmente assustados com as repercussões do escândalo Irã-"contras", decidiu suspender a entrega de 40 milhões de

dólares de ajuda militar prevista para o início do ano.

As investigações sobre as vendas ilegais de armas para o Irã, cujas rendas foram transferidas - sempre ilegalmente - aos "contras" nicaraguenses, teve já alguns resultados. Na semana passada, a Câmara e o Senado dos EUA discutiram a entrega de uma parcela de 40 milhões de dólares da ajuda militar para os contra-revolucionários, parte da verba de 100 milhões de dólares aprovada no ano passado pelo Congresso sob pressão cerrada da Casa Branca. Levantando suspeitas sobre os caminhos seguidos por estas verbas de Washington até Honduras - de onde os "contras" não conseguem sair para penetrar na Nicarágua -, os congressistas decidiram brejar esta nova remessa.

A verdade é que mesmo o destino das verbas do *Irangate* é um mistério: o Irã garante

que pagou aos comerciantes de armas israelenses, intermediários da negociata; estes confirmam que depositaram o dinheiro na conta secreta operada na Suíça pelo coronel Oliver North; ele não diz nada, mas a imprensa norte-americana assegura que os fundos foram parar nas mãos dos "contras"; só que estes juram que não viram a cor dos dólares...

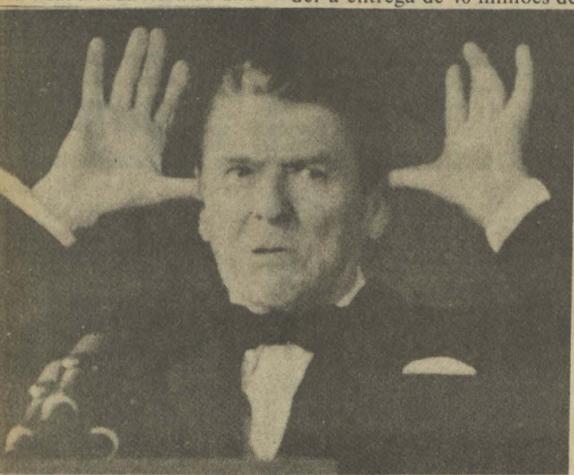
## REVELAÇÃO ESTONTEANTE

A entrada em cena de uma nova personagem colocou um pouco de luz nos pontos obscuros. Trata-se da estonteante Fawn Hall, ex-secretária do coronel Oliver North, que falou com a maior disposição: "é bom ser uma celebridade, mesmo que só por cinco minutos", explicou a moça. Mas nem ela conseguiu agradar a todos: através de seu depoimento, descobriu-se que o

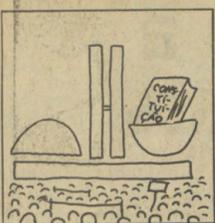
coronel North pagava um salário mensal de 7 milhões de dólares ao dirigente contra-revolucionário Arturo Cruz - cujo filho, Arturito, foi namorado de Fawn Hall.

Em meio a estas revelações, Arturo Cruz começou a hesitar: entre o final de fevereiro e o início de março, renunciou duas vezes à direção da UNO (Unidade Nicaraguense Opositora, que reúne as diversas organizações "contras"). Da primeira vez, conseguiu forçar a saída do somozista Adolfo Calero do comando da UNO. Mas depois que foi descoberto seu salário secreto preferiu afastar-se "de vez" da política.

O presidente Reagan poderá usar seu poder de veto para garantir a entrega dos 40 milhões de dólares para os "contras". Difícil será suportar o desgaste político e segurar a tradicional briga dos contra-revolucionários na hora da divisão do dinheiro. (SQ)



Reagan continua financiando mercenários, fazendo pouco do Congresso



# Constituinte: Roteiro para ação do povo

## As comissões da Assembléia

- 1 - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher
  - a - subcomissão da nacionalidade, da soberania e das relações internacionais;
  - b - subcomissão dos direitos políticos, dos direitos coletivos e garantias;
  - c - subcomissão dos direitos e garantias individuais.
- 2 - Comissão da Organização do Estado
  - a - subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios;
  - b - subcomissão dos Estados;
  - c - subcomissão dos municípios e regiões.
- 3 - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo
  - a - subcomissão do Poder Legislativo;
  - b - subcomissão do Poder Executivo;
  - c - subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- 4 - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições
  - a - subcomissão do sistema eleitoral e partidos políticos;
  - b - subcomissão de defesa do Estado, da sociedade e de sua segurança;
  - c - subcomissão da garantia da Constituição, reformas e emendas.
- 5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças
  - a - subcomissão de tributos, participação e distribuição de receitas;
  - b - subcomissão do orçamento e fiscalização financeira;
  - c - subcomissão do sistema financeiro.
- 6 - Comissão Ordem Econômica
  - a - subcomissão de princípios gerais, intervenção do Estado, regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica;
  - b - subcomissão da questão urbana e transporte;
  - c - subcomissão da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.
- 7 - Comissão da Ordem Social
  - a - subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos;
  - b - subcomissão de saúde, seguridade e do meio-ambiente;
  - c - subcomissão dos negros, populações indígenas, deficientes e minorias.
- 8 - Comissão da Família, de Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia
  - a - subcomissão de educação, cultura e esportes;
  - b - subcomissão de ciência e tecnologia e de comunicação;
  - c - subcomissão da família, do menor e do idoso.

Quando forem instaladas, no transcorrer dessa semana, suas 8 comissões e 24 subcomissões de trabalho a Constituinte estará finalmente iniciando os procedimentos para a elaboração de uma nova Carta Magna para o país. O regimento interno aprovado há 15 dias prevê, entretanto, uma longa maratona até que o texto final seja sancionado. Ele estabelece, a grosso modo, três etapas para os trabalhos constitucionais: a elaboração de um anteprojeto pelas comissões temáticas e pela Comissão de Sistematização; a apresentação e emendas a este projeto pelos parlamentares ou por "iniciativa popular"; e finalmente a fase de votações em plenário.

Com base num estudo elaborado pelo ex-deputado João Gilberto, que hoje coordena o Centro de Estudos Constitucionais da Universidade de Brasília, a Tribuna analisa a seguir cada uma dessas fases e indica as principais brechas abertas pelo regimento interno para que o movimento popular possa pressionar a Assembléia por uma Constituição progressista.

### Trabalho nas comissões

O regimento interno delegou às 8 comissões temáticas e à Comissão de Sistematização a responsabilidade de elaborar, num prazo de 90 dias, o primeiro anteprojeto da nova Constituição. Em consequência, essas comissões serão, nos primeiros meses, o centro das atenções na Constituinte. Cada comissão temática está dividida em 3 subcomissões, e todos os 560 deputados e senadores participam de alguma. Nos próximos 60 dias, essas comissões vão elaborar, a parte que cabe a cada uma do anteprojeto. Depois, durante mais 30 dias a Comissão de Sistematização irá juntar e ajustar cada uma dessas partes, redigir e publicar, em grande tiragem, o anteprojeto inicial.

Nessa primeira fase, o movimento popular tem duas formas de interferir nos trabalhos constitucionais. A primeira é enviando sugestões à Constituinte, sem qualquer garantia formal. As sugestões serão remetidas às subcomissões respectivas. Além disso, cada subcomissão está obrigada a realizar de 5 a 8 audiências com entidades representativas de segmentos da sociedade, ouvindo-as a respeito da parte da Constituição que estão encarregadas de redigir. As entidades de âmbito nacional, especialmente, devem mobilizar-se desde já para participar dessas audiências, que se darão nos próximos 40 dias. E as forças progressistas, independentemente das audiências, precisam estar atentas à composição de cada comissão temática, manifestando aos parlamentares que as integram suas opiniões a respeito do texto constitucional.

Por fim, o povo precisa estar atento ao trabalho da Comissão de Sistematização. É que embora não tenha autonomia para inverter as propostas elaboradas nas comissões temáticas (transformar parlamentarismo em presidencialismo, por exemplo), ela pode fazer "ajustes" na redação, modificando ou mesmo comprometendo por inteiro as decisões iniciais.

### Apresentação de emendas

Impresso e distribuído, o anteprojeto inicial haverá um prazo de 30 dias para apresentação de emendas. Se algum tema não foi tratado convenientemente na primeira etapa, este momento, que deverá transcorrer

entre fins de junho e meados de julho, é o único em que será possível propor modificações. Na fase de votação não serão aceitos projetos novos.

Há duas maneiras de propor emendas. Uma é através da ação individual de qualquer parlamentar. Outra, interessante por envolver participação mais ampla, é a apresentação de projetos elaborados por um mínimo de 3 entidades associativas e apoiados por pelo menos 30 mil eleitores, através de suas assinaturas. Mas o prazo para obter as assinaturas é muito curto.

A própria Constituinte imprimirá formulário próprio para elaboração de projetos de iniciativa popular, e é recomendável utilizá-los para evitar erros técnicos que dificultem a tramitação. Assim como as emendas elaboradas pelos deputados, os projetos de iniciativa popular serão encaminhados à Comissão de Sistematização, que dará parecer favorável ou contrário a cada um. Nessa oportunidade é novamente importante a mobilização popular: a Comissão de Sistematização, antes de emitir parecer, ouvirá, em Brasília, durante 20 minutos, os subscritores de cada emenda popular, representados por um indivíduo indicado previamente.

### Votações em plenário.

No final de agosto ou em setembro inicia-se a fase decisiva da Constituinte. Depois de emitidos os pareceres pela Comissão de Sistematização, estará reunido novamente o plenário da Assembléia para votar, em três fases, a nova Carta. Como lembra o estudo de João Gilberto, "é o momento mais intenso, o mais forte, o de tensões e pressões. É a ocasião das grandes manifestações populares".

O regimento prevê que, num primeiro turno, cada título ou capítulo da Constituição será votado em bloco, aprovando-se ou rejeitando-se o parecer da Comissão de Sistematização. Para que uma determinada emenda seja votada em destaque será preciso apresentar requerimento assinado por 35 constituintes, que o plenário poderá acatar ou não.

Num segundo turno serão admitidas apenas supressões de artigos ou modificações na redação. Finalmente, na votação final, serão aceitas apenas pequenas correções na redação. A pressão popular, entretanto, precisa ser exercida nas três fases. Como alerta João Gilberto, será necessário estar atento para que uma conquista obtida no primeiro turno não seja desvirtuada ou mesmo suprimida nos seguintes.

## Protesto contra a censura de "Teledium"

Mais de 500 pessoas participaram do protesto ocorrido no teatro Ruth Escobar, no dia 7 último, contra a proibição pela censura da peça Teledium. Montada pelo grupo Ornitorrinco, a peça dirigida por Cacá Rosset foi proibida, segundo os censores, por tratar de tema contrário à religião católica.

Ao ato compareceram centenas de artistas, personalidades do mundo cultural, partidos políticos, entidades ligadas à arte e sindicatos. A deputada e atriz Bete Mendes, empossada naquele dia como secretária de Cul-

tura do Estado de São Paulo, compareceu ao ato e disse que tudo faria "pela liberação e pelo fim da censura".

Em nome do PC do B, Aldo Rebelo disse que bastava "a censura aos 95% de brasileiros proibidos de ir ao teatro pelos baixos salários e pela brutalização a que são submetidos pelo sistema". Disse ainda que "o PC do B trazia o apoio aos artistas e pedia a solidariedade dos presentes para repudiar a presença das Forças Armadas contra os trabalhadores das refinarias e dos portos".

# Expectativa e cobrança na posse dos governadores

No último dia 15 tomaram posse os governadores eleitos em 15 de novembro. Em Pernambuco, Alagoas, Ceará e outros Estados onde foram derrotadas as velhas oligarquias comprometidas com o regime militar, o ato teve um sabor de "acerto de contas" do povo com a ditadura e ocorreram alguns incidentes entre os que deixavam o governo e os

que assumiam. No Rio a população manifestou seu desapontamento com os quatro anos de demagogia e populismo de Leonel Brizola. Certos governadores, como Álvaro Dias, do Paraná, fizeram questão de marcar sua independência em relação ao governo Sarney. A posse de Arraes foi um pouco comício, um pouco carnaval.

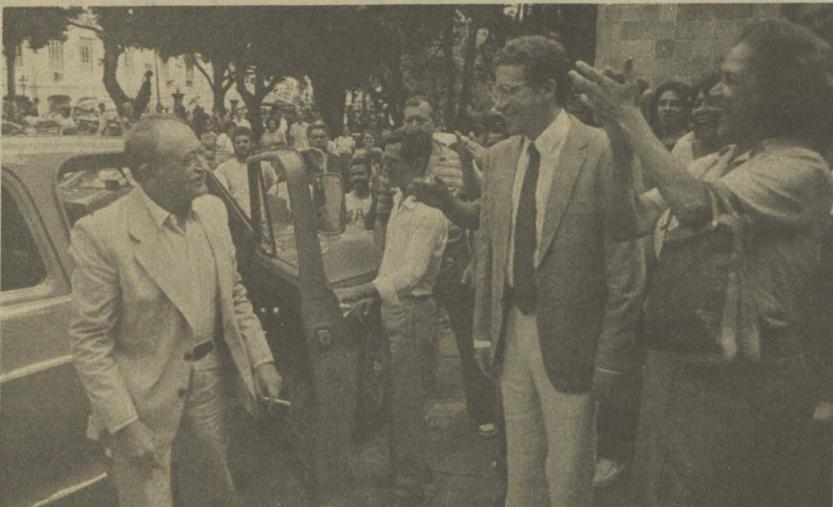
reforma agrária. O novo governador garantiu o fim dos marajás e a moralização do serviço público. afirmou que a impunidade terá fim em Alagoas. "Quem matar vai para a cadeia, quem roubar vai para a cadeia, seja pobre ou rico".

Em relação ao governo Sarney, o governador alagoano adiantou que "não vamos baixar a cabeça nem ficar à espera de migalhas". Criticou o próprio Sarney e a cúpula do PMDB por terem ficado omissos durante a campanha, quando ministros do PFL foram a Alagoas pressionar e "comprar" lideranças políticas em favor do candidato do PFL, Guilherme Palmeira.

No dia seguinte, decretos e circulares começaram a transformar as promessas em realidade. Não será mais permitido receber salários por procuração - muitos funcionários-fantasma recebiam assim, alguns residentes em outros Estados, outros foragidos por crimes. Foram extintos vários órgãos governamentais. Numerosa frota de veículos oficiais foi recolhida às garagens. Foram reabertos inquéritos de crimes que permaneciam impunes. Foram suspensas todas as contratações ilegais desde junho de 1986. Decidiu-se acabar com a acumulação de cargos. Existem casas que têm até 12 empregos. Estas e outras medidas causaram grande repercussão.

Em Curitiba, o novo governador, Álvaro Dias, fez questão de manifestar que "o governo federal - e esta é uma advertência do Paraná - terá nosso apoio, enquanto avançar nas medidas necessárias à democratização e à recuperação econômica do país, e, principalmente, enquanto estiver conosco de forma efetiva, marcando presença em nosso Estado".

No Ceará, dezenas de milhares de pessoas assistiram ao discurso de Tasso Jereissati na praia. O novo governador acusou os ex-governos dos coronéis de terem a "marca registrada" do clientelismo político, a malversação dos recursos públicos, desperdiçados em obras suntuosas e desnecessárias, esbanjamento do dinheiro do povo com a constituição de uma casta de funcionários privilegiados.



Cassado em 1964, Arraes volta ao governo de Pernambuco

"É isso aí, doutor. O homem entrou pela porta que saiu. Os milicos são com uma raiva danada mas agora a situação da gente pobre vai melhorar". O comentário, do ajudante de pedreiro Belarmino Florêncio, 47 anos, chapéu de palha ornamentado com a fita verde da esperança, rosto suado, ao sair de uma roda de frevo, em meio a uma explosão de alegria que tomou conta das ruas centrais de Recife, expressa muito bem a expectativa do povo pernambucano diante do novo governo de Miguel Arraes.

Arraes fez um discurso progressista, advertindo que as correntes que promoviam a quartelada de 1º de abril de 1964 continuam estruturadas, e proclamando que a união do povo é o instrumento para enfrentar os obstáculos que se colocam diante de todos que se batem pelo progresso social. Mas deixou claro que existe uma grande defasagem entre a expectativa popular e as possibilidades reais de resposta do seu governo.

No discurso de posse, o governador não tocou na questão agrária e apenas de passagem se referiu à batalha que ora se trava na Cons-

tituinte. Sua equipe de governo é formada majoritariamente por técnicos de reconhecido compromisso democrático, que convivem com representantes de facções conservadoras e mesmo com dois oficiais do Exército, indicados pelo ministro Leônidas Pires Gonçalves através de acordo que ainda repercute negativamente nos meios democráticos.

### Carioca agora quer Brizola na cadeia

"Em 82 Brizola na cabeça, em 87 Brizola na cadeia". Este cartaz, empunhado pelo professor Vinícius, da rede estadual, no ato de posse do governador Moreira Franco, no Rio de Janeiro, é uma demonstração do estado de espírito da população com os séguidos escândalos envolvendo o Banerj, a Cehab, o Iperj e outras instituições durante o governo do "socialismo moreno" de Brizola.

"Cansado de ser enganado", como diz o samba do Caprichosos de Pilares, o carioca exige mudanças

reais no atual quadro de abandono em que está o Rio de Janeiro. Várias caravanas se deslocaram ao Palácio Guanabara, sede do governo estadual, com faixas e cartazes, onde a tônica era a esperança e a cobrança.

Refletindo o ambiente adverso, Leonel Brizola e seu vice, Darcy Ribeiro, viajaram na véspera da posse, evitando comparecer à solenidade. O discurso do novo governador, sem muitas novidades, foi acompanhado por uma platéia fria que somente se manifestava, para vaiar, quando eram citados os nomes de Brizola e Darcy. Moreira reafirmou os compromissos democráticos assumidos na campanha eleitoral.

### Em Alagoas os marajás perdem as mordomias

A posse de Fernando Collor, em Alagoas, foi marcada pela maciça presença popular, pelo anúncio de medidas corajosas que entusiasmaram a população e um discurso ofensivo, marcando a independência frente ao governo Sarney e enfatizando a necessidade da

# Apontados os assassinos do ex-deputado Rubens Paiva

Tendo como principais referências, indicadas por denúncias anônimas, a Pedra do Pontal, no Recreio (bairro do Rio de Janeiro) e uma única árvore às margens da avenida Sernambetibe, além das ruínas de uma casa amarela, começaram as escavações que trouxeram à luz duas tumbas, que tudo indica são do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido em janeiro de 1971. Ao mesmo tempo, a Justiça aponta os executores do crime.



Encontrados ossos que se supõe sejam de Rubens Paiva (foto)

CENA 1 - Em depoimento ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1986, o ex-tenente médico e torturador do Exército, Amílcar Lobo - que denunciou ter visto o ex-deputado Rubens Paiva agonizando em uma cela do 1º Batalhão da Polícia Militar, em janeiro de 1971 - afirmou que o Recreio dos Bandeirantes (bairro da Zona Sul do Rio), foi utilizado na década de 70 como cemitério clandestino.

CENA 2 - A partir de uma denúncia anônima, a polícia seguiu a pista que indicava que o corpo de Rubens Paiva havia sido enterrado na areia da praia da Barra da Tijuca. Escavações foram realizadas e nada foi encontrado.

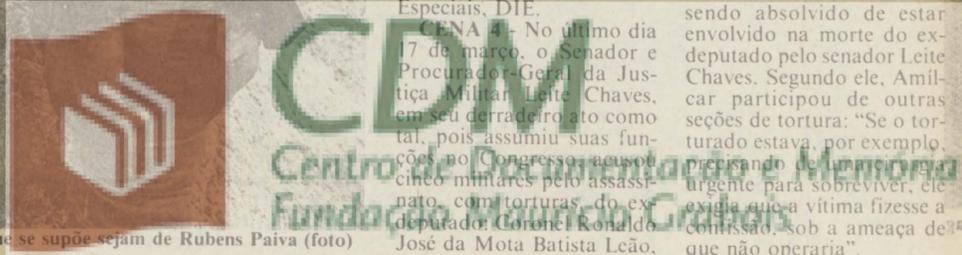
CENA 3 - Nova denúncia insistindo na informação e precisando melhor a localização da ossada, em frente ao quilômetro 17 da avenida Sernambetibe, levou à descoberta de ossos humanos, duas tumbas, na semana passada pela equipe do Departamento de Investigações Especiais, DIE.

CENA 4 - No último dia 17 de março, o Senador e Procurador-Geral da Justiça Militar, Leite Chaves, em seu derradeiro ato como tal, pois assumiu suas funções no Congresso, acusou cinco militares pelo assassinato, com torturas, do ex-deputado Coronel Ronaldo José da Mota Batista Leão,

o Capitão João Gomes Carneiro, o Sub-Tenente Arieorges Barbosa Torres, o 2º sargento Eduardo Ribeiro Nunes e o Major PM Riscala Corbace.

Os nomes revelados pelo procurador da Justiça Militar foram obtidos em depoimentos sigilosos de oficiais da ativa e da reserva que assistiram aos acontecimentos. Leite Chaves declarou ainda que vai responsabilizar o general Brum de Negreiros, do Comando Militar do Leste, pelo retardamento criminoso do processo. Outro que deverá ser igualmente acusado do mesmo crime é o general Adriano Auler Pinheiro da Silva, que foi presidente do inquérito e impediu que as testemunhas prestassem depoimento acompanhadas de seus respectivos advogados, forçando-as, assim, a optarem por não falar.

A última pessoa a ver o ex-deputado vivo, foi o psicanalista Amílcar Lobo, que afirma ter ouvido a frase "Eu sou Rubens Paiva" - em uma das celas do DOI-CODI. Este médico acabou sendo absolvido de estar envolvido na morte do ex-deputado pelo senador Leite Chaves. Segundo ele, Amílcar participou de outras seções de tortura: "Se o torturado estava, por exemplo, precisando de um remédio urgente para sobreviver, ele exigia que a vítima fizesse a confissão, sob a ameaça de que não operaria".



# PC do B condena a ofensiva militarista

"Por trás das recentes intervenções das Forças Armadas está o interesse dos militares em demonstrar força e interferir na Constituinte". Esta é a opinião do Partido Comunista do Brasil, segundo Ronald Freitas, membro da Direção Nacional. Para ele, "o militarismo quer mostrar que não aceita nenhuma restrição aos seus super-poderes".

Entrevistado pela Tribuna Operária, o dirigente comunista fez duras críticas a truculência dos militares. "Primeiro foi na greve dos marítimos, agredida pela Marinha que usou sua tropa de elite para intimidar os grevistas. Depois, o Exército ocupou as refinarias, tentando coagir os petroleiros que nem sequer estavam parados. Ambas atitudes são incompatíveis com a democracia e merecem o repúdio da sociedade", afirma.

Para ele, estas intervenções tem objetivos políticos nítidos. "No momento que a sociedade discute o papel das Forças Armadas, condenando sua ação nociva no país, os militares mostram as garras". Segundo afirma, não foi coincidência as ocupações se darem quando a Constituinte votava o regimento interno. "Quando os deputados discutiam a necessidade de por fim ao entulho autoritário herdado da ditadura, garantindo a soberania da Constituinte, os generais ordenaram operações de guerra".

Freitas também indica que as ações das Forças Armadas confirmam a posição do PC do B de que o governo da Nova República pende cada



Freitas, dirigente do PC do B

vez mais para a direita. "Ao invés do governo Sarney se apoiar nas forças progressistas para adotar medidas populares, ele cede as pressões dos setores conservadores, assumindo uma feição opressiva e antipovo". O dirigente comunista lembra que "os militares vem assumindo posto de comando da Nova República, retomando o poder que detinham no regime militar".

Apesar disso, o PC do B não acredita na possibilidade de um novo golpe. "Os militares estão muito desgastados para se lançar numa aventura

golpista", comenta Freitas. Para ele, "qualquer atitude golpista encontraria forte resistência da sociedade, que tem muito viva na memória os males causados nos 21 anos de governo dos generais".

Entretanto, o dirigente comunista alerta: "A evolução política do país vai deixando claro que medidas paliativas não resolverão as dificuldades atuais. A solução desses problemas exigem medidas de fundo, que a sociedade vem apontando com insistência, como a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária e a garantia de efetivas liberdades democráticas. Na medida que o povo se conscientiza disso e se prende na luta por esses objetivos, a reação também se aguça e procura novos avanços. Essa situação pode levar a um confronto e é fundamental que as forças democráticas e progressistas elevem seu grau de participação organizada e massiva. Esta é a única forma de evitar o retrocesso".

Nesse sentido, o dirigente do PC do B critica as atitudes conciliadoras de certos agrupamentos políticos. "Alguns setores ditos de esquerda, como o PCB, procuram nesse momento conter as lutas do povo. Mas não vai ser com recuos diante das forças conservadoras que iremos barrar o perigo do retrocesso. Cada recuo nosso só fortalece e encoraja a reação".

## "Em vez de diálogo, a linguagem do fuzil"

No último dia 9, quando as pressões contra a greve dos marítimos eram mais fortes, o deputado operário Edmilson Valentim (PC do B-RJ) pronunciou, na tribuna da Constituinte, um veemente protesto contra a ação repressiva da Marinha. A TO publica a seguir o discurso de Valentim.

"Há alguns dias subi nesta tribuna para denunciar a injustiça que se cometia contra os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Paulista, a Cosipa. Como operário e como membro desta Assembléia Constituinte, volto agora para denunciar novas injustiças contra os trabalhadores. É um absurdo a maneira com que as empresas de navegação, tanto as privadas como as estatais,



Edmilson: patrões não negociam

estão tratando os trabalhadores marítimos.

"Eu reconheço o quanto sofrem esses trabalhadores. E sei também o quanto são ridículos os salários que recebem os companheiros dessas categorias profissionais. Basta dizer que um comandante de navio mercante, com toda responsabilidade que o cargo impõe, ganha pouco mais de 8 mil cruzado. Por aí se tiram os demais salários. Se um comandante ganha isso, dá para se ter uma idéia de quanto é o salário de uma taifeiro, de um electricista, de um mecânico e assim por diante.

"Estudos feitos pelo DIEESE demonstram que se compararmos a situação salarial dos marítimos com outras categorias, fica evidente a defasagem. Apenas para citar um exemplo: a Docenave, que é subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, paga menos da metade do que a Vale paga para as mesmas funções. No setor privado a situação não é diferente.

"Na última sexta-feira, o Sindicato Nacional das Empresas em Navegação Marítima teve a petulância de divulgar matéria paga nos jornais com informações mentirosas. O Sindarma chama de "irracional" o movimento dos marítimos. Irracional, senhoras e senhores constituintes, é a política salarial dessas empresas. Diz a nota que a greve é "altamente prejudicial ao país". Os trabalhadores sabem que são grandes os prejuízos causados pela greve. Claro que sabem. Mas é importante que todos os

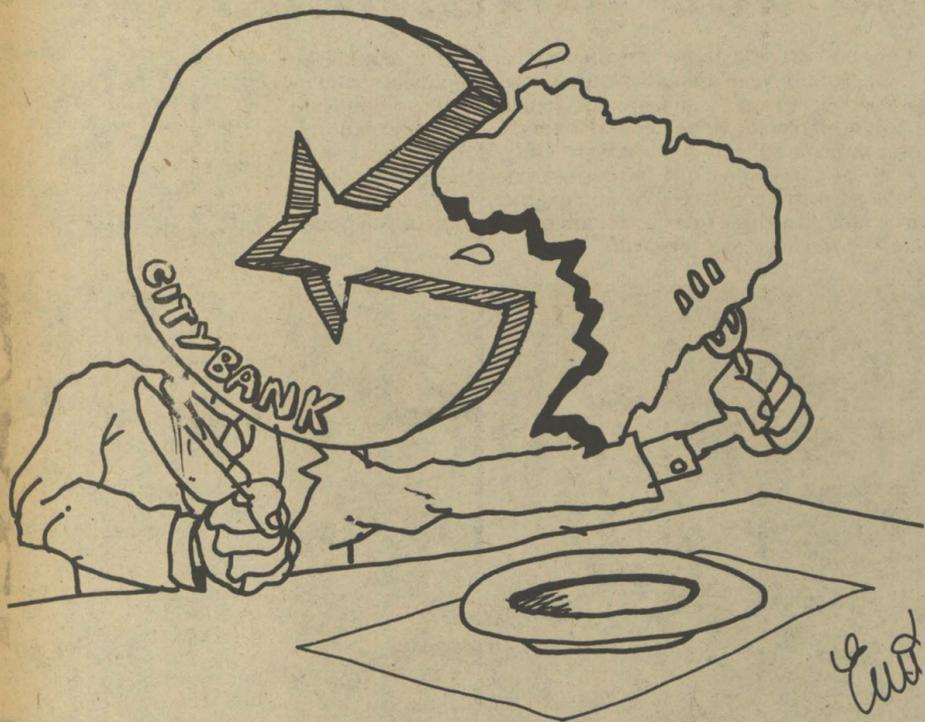
brasileiros saibam - e isso os armadores não dizem em nota - que a greve é apenas uma resposta à posição irreduzível e arrogante do governo e dos armadores. Os patrões é que se recusam a negociar.

"O mais grave é que o governo, ao invés de se empenhar na abertura do diálogo, usa a linguagem do cassete e do fuzil. É inadmissível a presença dos fuzileiros navais nos portos. Na prática, os marítimos embarcados estão sendo mantidos em prisão domiciliar e impedidos de receber mantimentos. Eu quero registrar aqui meu veemente protesto contra a presença dessas tropas nos portos. Quero registrar, também, minha indignação com o uso de uma legislação fascista, uma peça do entulho autoritário, para decretar a ilegalidade da greve. Como operário e como membro do Partido Comunista do Brasil, considero essa decisão como uma agressão a todos os trabalhadores.

"É mais um fato que nos leva a meditar sobre o nosso papel aqui na Assembléia Constituinte. Se não estivermos aqui para operarmos mudanças no estado atual de coisas, estaremos traído o nosso povo. Fomos eleitos para mudar. Fomos eleitos para mudar inclusive a legislação trabalhista. Os trabalhadores precisam ter direito à greve, pois este muitas vezes é o único caminho para se acabar com situações de gravidade, como é a em que vivem os trabalhadores marítimos.

"Conclamo meus companheiros e companheiras constituintes para que entrem nessa luta desde já. Os que são do partido do governo precisam interceder para que as injustiças que estão sendo cometidas sejam corrigidas. Ao invés de colocar os fuzileiros nos portos, o governo deveria fazer com que as empresas estatais do setor sentassem para negociar com os trabalhadores. Devia demonstrar a todo o povo que as empresas privadas de navegação vivem às custas do dinheiro público, do favorecimento e de calotes no BNDES e SUNAMAM.

"Em nome dos operários e trabalhadores em geral, quero dizer que são atitudes como essas que fazem os brasileiros sentirem-se traídos. Não era esse o discurso do governo antes das eleições. É preciso que o governo corrija seu erro e force o início das negociações dos marítimos com os armadores. É mais do que depressa, que as tropas de fuzileiros saiam dos portos. Muito obrigado".



## Dívida: imperialismo apertado o cerco

Os banqueiros estrangeiros continuam apertando o cerco sobre o governo Sarney no processo de renegociação da dívida externa brasileira. Sem maiores considerações para com as propostas e apelos do ministro Dilson Funaro, eles exigem a adoção de um plano de "ajuste interno" nos moldes do FMI.

O próprio presidente José Sarney alertou na semana passada para a tática dos credores externos. Eles pretendem "isolar o Brasil" dos demais países devedores, com o objetivo de enfraquecer política e economicamente o país, colocá-lo completamente de joelhos e ditar as condições de pagamento dos débitos.

Em conversa com o presidente da República Federal da Alemanha, Richard von Weizsacker, Sarney fez referências aos pesados encargos impostos à Alemanha como reparação de guerra pelo Tratado de Versalhes, após a Primeira Guerra Mundial. Lembrou que as remesas de recursos daquele país ao exterior, na época, "remoeram a alma alemã" e foram um fator gerador de grande revolta, que, explorada pelos nazistas, acabou desaguando na Segunda Guerra. O pagamento da dívida alemã correspondia a 2,8% do PIB do país. O Brasil envia hoje cerca de 5,5% do seu PIB.

Os setores mais reacionários da sociedade trataram de classificar as considerações do presidente como "paranóicas". "Ninguém isolou o Brasil. O Brasil é que se isolou em termos de investimentos e financiamentos estrangeiros", disse, por exemplo, o senador Roberto Campos, do PDS, afirmação repetida pelo presidente do Unibanco, Konder Bornhausen.

O tratamento inamistoso da

comunidade financeira internacional, porém, ficou evidenciado em vários episódios. O banco norte-americano Citibank, maior credor do país, já admitiu publicamente a possibilidade de incluir seus empréstimos ao Brasil (superiores a 4 bilhões de dólares) na categoria dos que não rendem juros, considerando os débitos como "lucro frustrado", o que implicaria em um prejuízo de 190 milhões de dólares somente até o final deste ano. A intenção foi dar uma demonstração de força.

### Hostilidades e arrogância dos credores externos

Ao lado disto, o Citibank tratou de suspender algumas pequenas facilidades que concedia a clientes brasileiros. Outros grandes bancos, como o Bank of America e o Chase, adotaram um comportamento parecido.

As hostilidades não param nisto. Agora virou rotina o retardamento da compensação de cheques de bancos brasileiros com agências no exterior e de empresas nacionais que operam em outros países. Dificuldades de toda sorte têm sido impostas ao fornecimento de créditos para importação e exportação. Uma companhia americana de aluguel de containers pediu à Justiça de Nova York o arresto dos bens de um

navio do Lloyd Brasileiro por conta de um débito de 1,25 milhão de dólar. Os banqueiros cuidaram, ainda, de concluir apressadamente as negociações com o México (que deve 107 bilhões de dólares) e Venezuela (35 bilhões). Internamente, a General Motors (multinacional norte-americana) divulgou que congelou investimentos da ordem de 500 milhões de dólares que pretendia fazer este ano no país.

O interesse dos credores, é impor ao país um novo programa econômico de "ajuste interno" que garanta a realização de grandes superávits comerciais e, conseqüentemente, o pagamento pontual dos juros. Na última quarta-feira, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, voltou a bater nesta tecla: "O Brasil só obterá novos empréstimos se apresentar um novo plano de austeridade econômica", disse.

São fatos que revelam uma postura de arrogância e prepotência desmedidas. O governo, infelizmente, tem sido incapaz de assumir uma posição corajosa neste processo. Apesar da retórica e de pequenas resistências, a verdade é que ele se orienta sobretudo no sentido de ceder às exigências da comunidade financeira internacional. O ministro Dilson Funaro assegurou que já preparou um programa econômico para apresentar aos banqueiros. Foram anunciadas, ao mesmo tempo, medidas que constituem claras concessões a imposições externas, como o fim do subsídio ao trigo (velha exigência do FMI) e aumentos nos preços da energia elétrica (a pedido do Banco Mundial).

## Sayad saiu. Mas não se deve esperar mudança na economia

Na terça-feira da semana passada ocorreu mais uma



Queda após atrito com Funaro

baixa na equipe econômica do governo Sarney. Saiu Sayad, o ministro do Planejamento, que há tempo vinha acumulando atritos com o seu colega da Fazenda, Dilson Funaro.

A demissão de João Sayad não causou surpresa, uma vez que, nos últimos meses, ele já não apitava praticamente nada. Chegou a ensaiar um plano de estabilização da economia, pretencioso e bastante irrealista. Mas a divulgação da proposta acabou funcionando como a gota d'água para o seu afastamento do Ministério.

As contradições entre o ex-ministro do Planejamento e o atual da Fazenda, Dilson Funaro, não se devem a visões opostas sobre a natureza e as características do modelo eco-

nômico vigente no país. Brigavam, fundamentalmente, por questões menores e aspectos pontuais da atual política econômica. Contrário ao Cruzado II, por exemplo, Sayad propunha um forte aumento do Imposto de Renda e de outros tributos como forma de aumentar a receita governamental e diminuir o déficit público. Em poucas palavras, as alternativas que apresentava não implicavam em qualquer mudança de fundo na orientação governamental.

É uma demissão que, sem dúvidas, reforça o ministro Dilson Funaro, da Fazenda. Ele passa a ser uma espécie de superministro da área econômica. O povo, contudo, não tem razão razão para alimentar esperança de melhorias.

## Telegrama a Sarney

Ainda no dia 9, e também para protestar contra a interferência das Forças Armadas na greve, um conjunto de parlamentares progressistas enviou o seguinte telegrama ao presidente Sarney e aos ministros do Trabalho, Minas e Energia e Marinha:

"Nós, os abaixo-assinados, deputados federais e senadores, preocupados com situação penúria dos trabalhadores marítimos brasileiros, e os prejuízos causados à população brasileira pela falta de diálogo durante greve nacional dos marítimos, vimos solicitar, em nome dos compromissos com a democracia assumidos em praça pública pelo governo, abertura imediata das negociações buscando uma solu-

ção que contemple justas reivindicações sociais dos trabalhadores e os interesses toda nação brasileira, que acreditamos são interesses de todos nós".

Assinaram Edmilson Valentim, Olívio Dutra, Paulo Ramos, Haroldo Lima, Lidice da Mata, Eduardo Bonfim, Aldo Arantes, Célio de Castro, Augusto de Carvalho, Gonzaga Patriota, Jamil Haddad, Bete Hazize, Hermes Zanetti, Vladimir Palmeira, Pompeu de Souza, Amauri Müller, José Genoíno, Fernando Santana, Ruy Nade, Benedito Monteiro, Jader França, Wilson Souza, Nelson Aguiar, Egidio Ferreira Lima, Artur da Távola, Percival Muniz, Rose de Freitas e Aldurico Pinto.

Fundação Maurício Cardoso

## LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

## Marítimos: uma greve de valor

A corajosa resistência dos marítimos à ocupação militar dos portos pelos fuzileiros navais encerra valiosos ensinamentos para os trabalhadores. Mesmo aprisionados nos navios em certos locais, e até privados de alimentos, os grevistas sustentaram o movimento. E não se curvaram também à Justiça burguesa, que se apressou em julgar a paralisação ilegal.

## A ESCOLA DA GREVE

O fato revela a que grau de radicalização chegaram as contradições sociais no país. E a própria intervenção de tropas de elite num processo de natureza eminentemente trabalhista, mostra que para ter êxito nos seus combates, os trabalhadores devem, além das reivindicações econômicas, levantar com audácia a luta pela liberdade política, pelo direito de greve, pelo direito de organização e expressão.

Lênin assinalou que a greve é uma escola de revolução. Nela os trabalhadores entram em choque não apenas diretamente com o patrão mas com o aparato do Estado burguês que se encarrega de reprimir os grevistas. No caso dos marítimos a coisa ficou mais do que evidente - não foi apenas a polícia que entrou em cena mas a própria Marinha de Guerra. E, mais do que a repressão, a operação armada visava, indiretamente, intimidar a Constituinte - que tem por função discutir o papel das Forças Armadas e o direito de greve. Um cenário rico de lições importantes.

Alguns, analisando esta situação, concluem que enquanto não se conquistar um clima de liberdade mais ampla, os trabalhadores devem reprimir os seus movimentos reivindicatórios. É o pretexto que encontram para se posicionarem contra a luta popular. Na verdade o que se impõe é dar maior organização e maior impulso às lutas reivindicatórias e, até por exigência da situação, empreender a luta política pela democracia. Uma coisa não se coloca mecanicamente antes ou depois da outra.

## OBJETIVO MAIOR

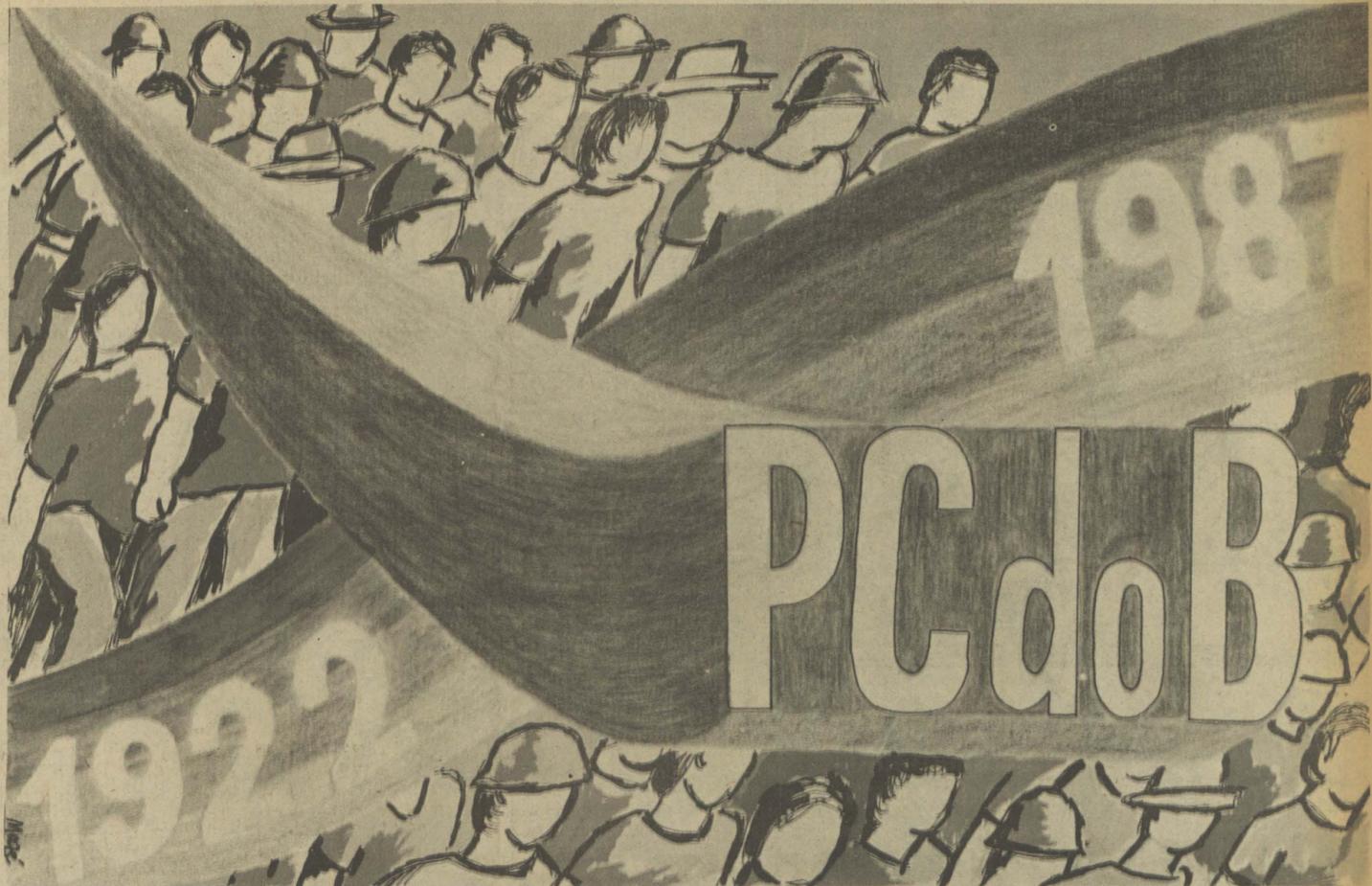
Os marítimos foram uma das categorias mais combativas antes do golpe militar de 1964. Suas organizações foram duramente reprimidas pela ditadura. Seu sindicato foi submetido a um controle rigoroso. Mas agora, duas décadas depois, as tripulações dos navios mostram toda a sua capacidade de luta. Na realidade, o que fica patente é que a repressão pode momentaneamente privar os trabalhadores de direções sindicais e políticas de acordo com suas exigências, mas não é capaz de eliminar a fonte da luta de classes, que é a exploração assalariada.

O movimento comprova também que embora as batalhas pelas reivindicações econômicas tenham enorme importância, enquanto o sistema de exploração não for liquidado, o trabalhador permanece como escravo do capital. Daí o objetivo maior dos trabalhadores, em função do qual todos os movimentos se subordinam, é o combate ao capitalismo e a luta pelo socialismo. Ao adquirir consciência desta questão fundamental, as próprias lutas reivindicatórias ganham novo impulso, pois a tática de cada batalha passa a ter um referencial maior, comum a todos os proletários.

## O MILITARISMO

Por fim, a greve dos marítimos trouxe à tona o que já se manifestava de forma menos evidente mas muito forte, que é a necessidade premente de se enfrentar na Constituinte a questão do militarismo. A Nova República substituiu os governos militares por um governo civil. Mas deixou intocado o militarismo. Toda a estrutura política e econômica do país é infectada deste mal. A luta pela democracia no país está indissolúvelmente ligada com a condenação veemente do militarismo.

(Rogério Lustosa)



## Um aniversário que merece comemoração

Em 25 de março de 1922, nove comunistas, representando outros 72 camaradas de diversos pontos do país, reuniram-se clandestinamente em Niterói e fundaram o Partido Comunista do Brasil. Para um observador que não fosse capaz de ver além das aparências das coisas, poderia parecer um ato voluntarista, fadado a passar despercebido na vida política nacional.

No entanto, este gesto corajoso assinalava um salto de qualidade no movimento operário brasileiro. Era um acontecimento que correspondia a uma necessidade objetiva do movimento social. O capitalismo havia crescido, a classe operária participava de greves combativas e realizava manifestações de rua em defesa de seus direitos. A luta de classes adquiria contornos mais nítidos. Já não bastavam as lutas de caráter sindical e em favor de reivindicações econômicas. A direção do movimento, até então nas mãos das correntes anarquistas e anarco-sindicalistas, revelava-se inconsequente. Impunha-se a formação de uma organização superior, de caráter revolucionário, que levasse ao proletariado a consciência de sua missão histórica como única classe capaz de realizar a tarefa de nossa época, de sepultar o capitalismo e construir a nova sociedade socialista. Este destacamento de vanguarda é o Partido Comunista.

Com a fundação de seu partido, a classe operária passa a atuar organizadamente na sociedade brasileira. A bandeira do socialismo, que empolgava os trabalhadores ao tomarem conhecimento da revolução soviética em 1917, passa a ter expressão concreta no país. Os operários avançados, conscientes da necessidade de superar o movimento espontâneo e enfrentar a batalha política pelo poder, vêm no partido a esperança de um novo mundo.

O surgimento do partido representa igualmente a integração do proletariado brasileiro ao movimento internacional da classe operária contra o capitalismo. O Partido Comunista do Brasil desde os seus primeiros passos faz parte da Internacional Comunista, que congregava todos os partidos operários no mundo.

## Primeiro ensaio rumo a um poder popular no país

Nos primeiros anos de sua existência, entretanto, o partido tinha ainda uma pequena compreensão da teoria marxista-leninista. Aplicava as orientações da Internacional de forma mecânica. Tinha poucas ligações com as grandes massas populares. Em meados da década de 30 é que aborda de forma mais adequada as questões candentes do momento. A partir principalmente de 1934 lança-se numa grande jornada antiimperialista e antifascista ao encabeçar a formação da Aliança Nacional Libertadora,

movimento que cresceu rapidamente, filiando milhares de trabalhadores, democratas e patriotas. Sob o lema de Pão, Terra e Liberdade, a ANL foi a primeira grande organização de frente única no país sob a direção dos comunistas. A luta da ANL desemboca na insurreição armada de novembro de 1935. Tal fato adquiriu enorme projeção nacional pois representava a tentativa concreta do povo, empunhando a bandeira da liberdade, de construir um poder revolucionário no país.

A ousadia das massas trabalhadoras causou pavor e ódio às classes dominantes. A derrota do movimento foi acompanhada de uma repressão feroz. Aliás até hoje a burguesia e os generais espumam de raiva ao recordar os acontecimentos de 1935 - todo ano esmeram-se em comemorar a data com calúnias as mais descaradas contra os revoltosos, e com ameaças terríveis visando afastar o povo da luta pelo poder.

Além de uma demonstração de coragem dos trabalhadores brasileiros, a insurreição revelou também exemplos de solidariedade internacionalista, de ajuda desinteressada que só o proletariado é capaz. Três valerosos comunistas, Arthur Ewert, Olga Benário e Sabo Ewert, mulher de Arthur, estavam no Brasil, enviados pela Internacional para colaborar com a luta do povo brasileiro. Arthur, dirigente da Internacional, foi barbaramente torturado, permanecendo confinado em condições desumanas. Olga e Sabo foram entregues pelas Forças Armadas, e por Getúlio Vargas, às câmaras de gás dos nazistas alemães. O heroísmo e o despreendimento destes heróis da classe operária permanecem vivos na memória dos brasileiros. Da mesma forma jamais será esquecida a covardia das classes dominantes.

Pouco depois, apesar de duramente perseguido, atuando em condições difíceis, o Partido Comunista do Brasil coloca-se nas primeiras filas do combate contra o nazi-fascismo. O partido foi uma corrente fundamental exigindo que o Brasil se incorporasse às forças aliadas que combatiam a Alemanha nazista. E foi, em todos os momentos, um apoio decidido à FEB, que deslocou-se para a Europa para lutar pela liberdade.

Em 1945, com a vitória da URSS e dos aliados, a ditadura do Estado Novo não pôde sobreviver. Com a redemocratização, o Partido Comunista do Brasil obteve a legalidade. Esta conquista não foi gratuita. Os comunistas haviam enfrentado heroicamente o período da ditadura, procurando sempre estabelecer laços mais estreitos com o povo. Com o fim da guerra, incorporaram-se ativamente nos grandes atos de massa pela democracia.

Ao aparecer legalmente, o partido participa da reorganização do movimento sindical e concorre com sua própria legenda às eleições para a Constituinte e para a Presidência da República em dezembro de 1945 e para as Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores em 1947. Obtém

grandes êxitos. Os comunistas são vistos pelas massas como os corajosos combatentes de 1935, como lutadores pela democracia contra o fascismo, como defensores do socialismo que alcançava grandes vitórias na URSS - então dirigida por Joseph Stálin - e como destacados adversários do nazismo. O partido conquistou uma banda de 15 constituintes em 1945 que, por sua combatividade, imprimiu um novo ritmo aos trabalhos parlamentares.

Apesar de relativamente pouco numerosa, a representação comunista na Constituinte foi intransigente na defesa dos interesses dos trabalhadores e das liberdades democráticas. Seus deputados atuavam em estreita ligação com o movimento de massas, prestando conta permanentemente de seu desempenho no parlamento. Em maio de 1947, o governo autoritário e reacionário de Dutra cassa o registro do partido e, em janeiro de 1948, cassa os mandatos dos parlamentares comunistas.

## Um salto de qualidade na vida do partido

Na década de 50, a burguesia procura golpear o partido através de elementos corrompidos e iludidos com as promessas de desenvolvimento do capitalismo. Influenciados pela traição ao socialismo empreendida por Nikita Krushchev, que na época dirigia o Partido Comunista da URSS, a maioria do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, tendo à frente Luís Carlos Prestes e Giocondo Dias, renega os princípios marxistas-leninistas e tenta liquidar o partido como destacamento revolucionário do proletariado. Procura transformá-lo numa organização revisionista, de conciliação com a burguesia.

Travou-se uma acirrada luta interna, em defesa do marxismo e do socialismo científico. Este confronto culminou com a Conferência Extraordinária de 18 de fevereiro de 1962, quando se consuma o rompimento com os revisionistas e a reorganização do Partido Comunista do Brasil.

A batalha contra os oportunistas, e o rompimento realizado, elevou o partido a um novo patamar. Foi possível, no calor do combate, tirar ricas lições da análise da prática da luta de classes, sistematizando a experiência e aprendendo com os erros. Foi também possível aprofundar o estudo da teoria científica revolucionária, o que permitiu a aplicação do marxismo-leninismo de forma muito mais profunda.

A partir de 1962, o partido adquiriu mais habilidade para abordar os problemas da revolução, rompendo com o esquematismo que muitas vezes marcou a sua atividade anteriormente. O partido passou a ter maior capacidade de avançar e recuar na hora exata, de estabelecer alianças políticas mais amplas, sem comprometer

sua independência política e ideológica. Se tornou mais sagaz, para encontrar na cadeia dos acontecimentos em curso qual o elo principal. Em função disto, a tática dos comunistas se torna muito mais ágil e lhes dá uma capacidade de combate superior.

A prática destes 25 anos, desde a reorganização, dá inteira razão aos revolucionários que, dirigidos por Maurício Grabois, João Amazonas, Ângelo Arroio, Pedro Pomar, Carlos Danielli e outros, ousaram levantar a voz e denunciar a traição de Prestes e do PCUS. Hoje o PC do B consolidou-se, ganha cada vez maior prestígio e simpatia entre as massas. Enquanto isto Prestes se tornou uma figura isolada, que acabou atrelando-se de forma oportunista a Leonel Brizola no Rio de Janeiro. E o agrupamento de Giocondo Dias a cada dia revela mais claramente sua subserviência à burguesia, e cada vez encontra-se mais dividido em grupos rivais que se engalfinham na disputa pela direção.

Em 1964, o golpe militar atinge duramente o movimento democrático. O partido passa a ser perseguido implacavelmente. Contudo, não se deixa isolar. Em todos os momentos procura alianças com todos os que amam a liberdade e se opõem ao fascismo. Levanta a bandeira da unidade como questão essencial para enfrentar a ditadura.

## A defesa da liberdade de armas na mão

Quando os generais pensavam que tinham conseguido apasturar todo movimento oposicionista, o PC do B encabeça, nas selvas do Araguaia, uma resistência armada que se transformou numa das páginas mais heróicas das lutas populares em nosso país. Durante três anos o movimento enfrentou tropas superiores às que foram enviadas à Itália na Segunda Guerra Mundial. Os combatentes puderam realizar tamanha façanha porque contavam com o efetivo apoio da população pobre que habita a região.

A resistência do Araguaia mostrou que um partido da revolução, além de dominar a teoria marxista-leninista, de traçar uma política justa, tem que estar disposto e saber empregar todas as formas de luta, de acordo com as exigências concretas da situação.

Na luta contra a ditadura o partido ampliou suas fileiras, apesar de ser a organização que teve individualmente o maior número de mártires nas mãos dos carrascos fascistas. Em todas as frentes de lutas os comunistas sempre estiveram presentes. Tornaram-se por isto respeitados e queridos entre os trabalhadores.

Ao completar 65 anos, o Partido Comunista do Brasil enfrenta uma situação complexa. De um lado crescem os movimentos populares e cresce a exigência de uma nova orga-

nização social. De outro, o governo burguês trata de debilitar as organizações de massas, seja através de uma legalidade precária, seja através de manobras divisionistas, seja por medidas de caráter populista, de curto alcance aliás.

O partido encontra-se mais amadurecido, com maior capacidade para cumprir sua missão de destacamento avançado do proletariado. Em particular, o partido reafirma com segurança que as transformações de uma nação exige não podem ser realizadas por uma organização ou por uma corrente de opinião isolada. A alternativa de poder só pode ser criada pelas amplas massas a partir de sua experiência concreta e nas condições reais existentes. De outro lado, os comunistas defendem que não se pode chegar a uma nova sociedade através de reformas do que aí está. O Brasil precisa de soluções radicais, de caráter estrutural.

Algumas questões essenciais fazem parte da política dos comunistas na situação atual: Combate intransigente ao imperialismo. O país não pode marchar de forma progressista sem que se forme uma ampla unidade contra a ofensiva do capital estrangeiro - em particular pela suspensão do pagamento da dívida externa e dos respectivos juros.

Luta pela reforma agrária. A cada dia novas forças se juntam no combate ao latifúndio. Mas as classes dominantes continuam reagindo desesperadamente na defesa da estrutura agrária arcaica, empregando a violência desenfreada contra sindicalistas e líderes camponeses.

Condenação enérgica do militarismo. O fim da ditadura representou a mudança de um governo militar para um governo civil. Mas os generais continuam tutelando em grande parte os passos do governo. Basta citar a recente operação militar, com a ocupação de portos e refinarias, para reprimir o movimento grevista dos marítimos e petroleiros, e, indistintamente, para ameaçar a Constituinte.

Oposição ao governo burguês, que não cumpriu a promessa de realizar a transição democrática, e que de forma cada vez mais acentuada inclina-se para a direita.

Luta por uma Constituição democrática e progressista. Apesar do rolo compressor dos conservadores, aprovando um regimento interno restritivo ao debate e contrário à soberania da Constituinte, a luta neste terreno está longe de terminar. O fator decisivo ainda será a interferência do movimento popular de massas, que ainda não se mobilizou à altura das exigências.

Atuando desta forma na situação concreta, o Partido Comunista do Brasil aponta para o socialismo, único caminho para a solução cabal dos problemas que atormentam os brasileiros. A comemoração dos 65 anos desta organização de vanguarda é motivo de orgulho não só dos comunistas da classe operária, mas de todos os brasileiros que lutam pela liberdade e pelo progresso social.

(Rogério Lustosa)

## DE OLHO NO LANCE

## Vassalo e senhor

Em entrevista ao "Jornal do Brasil", o senador Roberto Campos teceu críticas às atitudes do ministro Dílson Funaro em relação aos banqueiros internacionais. Mas não pelos objetivos tímidos a que se propôs o governo ao tentar negociar uma solução com os credores estrangeiros. Pelo contrário.

Roberto Campos considera que "conversar com ingleses e norte-americanos necessita de uma prévia anedota na qual o interlocutor se autodeprecie. Só depois esses anglo-saxões se tornam conversáveis e o diálogo se faz possível". Esta declaração esclarece muito bem a existência das duas oposições que se manifestam ao governo Sarney. A oposição popular, que exige medidas corajosas e conseqüentes contra o imperialismo, condena as vacilações do governo e suas cedências à ofensiva do capital estrangeiro. A oposição burguesa, de direita, escandaliza-se com qualquer gesto de desacordo. Para esta gente, baluarte do entreguismo, a relação com os banqueiros e com as multinacionais deve ser a do vassalo em relação ao senhor. A oposição conseqüente ao governo exige, simultaneamente, o desmascaramento impiedoso deste bando de lacaios e traidores.



Blindado na refinaria de Mauá (SP): intervenção militar foi duramente condenada pelos trabalhadores

# Petroleiros podem parar caso as negociações não avancem

Até o fechamento desta edição, as negociações salariais entre a Petrobrás e os 16 sindicatos de petroleiros do país continuavam no impasse. Na última rodada de conversações, na quarta-feira, dia 18, a direção da empresa estatal admitiu rever a margem de diferença nos salários dos funcionários de nível superior e médio. A categoria continua mobilizada e não descartou a possibilidade de realizar uma greve nacional.

A campanha dos petroleiros, que foi alvo de furiosa intervenção militar, aproxima-se de seu final. Os trabalhadores criticam a política salarial da empresa, que em fevereiro concedeu reajuste para os funcionários de nível superior e marginalizou os de nível médio. Eles exigem um aumento de 94,5% para os trabalhadores que foram discriminados. A Petrobrás, que tentou intimidar os petroleiros com a presença do Exército em nove

das dez refinarias do país, agora aceita negociar. Caso as negociações não evoluam, os 16 sindicatos da categoria prometem ir à greve. Segundo o Sindicato dos Petroleiros de Campinas, que representa os 1.200 funcionários da Refinaria de Paulínia, "está tudo pronto para uma paralisação". O quadro é o mesmo nos outros Estados, onde os petroleiros estão revoltados com a intransigência da empresa e com a intervenção

das Forças Armadas na semana passada.

## PROTESTO NA BAHIA

A presença ostensiva do Exército na refinaria de Mata-ripe, na semana passada, trouxe amargas recordações para os petroleiros baianos. "Sentimos a repressão retornar como se estivessemos na velha ditadura", desabafou Hermenegildo Paixão, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Petróleo do Estado da Bahia (Stiep) - entidade que representa cerca de mil funcionários do setor de extração.

Juntamente com o Sindipetro - que congrega 2.500 trabalhadores das áreas de destilação e refino da Petrobrás - o Stiep protestou com veemência contra a ação dos militares: "Trabalhar sob a mira de metralhadoras é inadmissível. Não estamos nos campos de concentração nazista dos tempos de Hitler. Exigimos respeito ao local em que trabalhamos".

Os petroleiros da Bahia, Estado onde jorrou pela primeira vez no país o chamado "ouro negro", tem uma longa tradição de luta contra a exploração e em defesa do monopólio estatal do petróleo. Em 1964, com o golpe militar, a categoria foi duramente reprimida. Ambos os sindicatos sofreram intervenção dos generais e vários ativistas foram presos.

Mais recentemente, a categoria recebeu um novo golpe dos militares. Com a paralisação do pessoal do refino e destilação em 1983, a refinaria foi invadida por tropas da polícia

militar. O general Figueiredo decretou intervenção do Sindipetro e os dirigentes sindicais foram cassados. Já a Petrobrás, dirigida por um general, demitiu 198 funcionários.

Agora, passados 23 anos do golpe e derrotado o regime militar, os petroleiros voltam a sentir a força do militarismo. "Até parece que tudo continua como antes e que a Nova República é comandada pelos militares", comenta Hermenegildo. Apesar da insistente perseguição, os petroleiros prometem prosseguir na luta. "Nós não vamos nos acovardar. Continuaremos firmes na defesa das nossas reivindicações", comenta o sindicalista.

## AÇÃO EM SERGIPE

Em Sergipe, a exemplo do que ocorreu no restante do país, as unidades da Petrobrás também foram ocupadas pelas tropas do Exército. Elas se instalaram na central da empresa em Aracaju, no campo de produção de Carmópolis e Tecarmo e nas estações coletoras de Siriri e Riachuelo.

Segundo Veraldo Firmino, presidente do sindicato da categoria, "a ação do governo se constituiu numa grande arbitrariedade. Seu argumento é falso, porque os trabalhadores tem maturidade suficiente para preservar o patrimônio da empresa e não querem danificá-lo". Já o secretário-geral da entidade, José Carlos Bomfim, condenou a ação do militarismo e disse esperar que "a Constituinte defina melhor o papel das Forças Armadas, que não é o de intervir nas lutas dos trabalhadores."

(das sucursais)

# O protesto dos gaúchos

A intervenção das Forças Armadas contra marítimos e petroleiros gerou manifestações de protesto em vários Estados. No Rio Grande do Sul, por exemplo, entidades sindicais e populares se reuniram em várias cidades para prestar solidariedade aos trabalhadores em luta.

Na capital, Porto Alegre, mais de 30 sindicatos se encontraram na sede da Federação da Alimentação e redigiram um documento que será enviado à Constituinte. O manifesto também será publicado nos jornais sindicais e os sindicalistas já começaram a coletar 30 mil assinaturas para apresentar uma proposta de emenda

constitucional que visa restringir a atuação dos militares no cenário político nacional. Está previsto para o próximo dia 28 um ato contra o militarismo.

Os protestos também repercutiram na Câmara Municipal, com um pronunciamento da vereadora Jusara Cony repudiando "o aparato militar montado para combater as justas reivindicações dos trabalhadores".

Em Caxias do Sul, 11 entidades, convocadas pela CGT, decidiram enviar um telex ao presidente Sarney em repúdio às intervenções.

(da sucursal)

# Marinha não consegue dobrar marítimos

Apesar das tropas da Marinha continuarem estacionadas nos 11 principais portos do país, a maioria dos 40 mil marítimos brasileiros mantém a greve iniciada dia 27 de fevereiro. A firme decisão dos grevistas fez romper a unidade dos patrões e 20 empresas negociaram em separado, concedendo 120% de aumento. Mas as negociações com o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma) continuavam num impasse até na quarta-feira, dia 18. Os armadores aceitam dar 120% apenas para a soldada base (o piso salarial da categoria), "no que não chega nem a 100% de aumento, pois não inclui as horas extras", explica Rômulo Augustus de Sousa, presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais de Náutica da Marinha Mercante.

Os marítimos tem superado todo tipo de pressão e mantém firme o movimento. Os navios continuam sitiados pelos fuzileiros navais e até a comunicação telefônica com a terra e com outros navios foi bloqueada. Rômulo Augustus denunciou à imprensa um plano dos militares de invadirem os navios em Santos com

objetivo de obrigar os grevistas a trabalharem. Os armadores já demitiram nos 19 primeiros dias de greve 540 marítimos.

## INTRANSIGÊNCIA

A atitude intransigente dos patrões em não negociar com os grevistas tem gerado críticas nos mais diversos setores da sociedade. O próprio presidente da TRT do Rio de Janeiro, Juiz José Theóphilo Vianna Clementino, lembrou que os armadores mantêm um alto padrão de vida - com investimentos no país e no exterior - o que indica que poderiam aceitar maiores concessões.

Os baixos salários pagos aos embarcações brasileiros - equivalentes aos de Ghana, um dos mais pobres países da África - foi o estopim da paralisação. Apenas como comparação, o comandante de um navio porta-container recebe mensalmente um salário que totaliza Cz\$ 15.209, sem os descontos de praxe. Na Argentina o mesmo comandante recebe 7 mil dólares mensais, o que equivale a Cz\$ 210 mil. Por isso que 30% dos formados abandonam a carreira nos dois primeiros anos de serviço.



Fuzileiros navais permanecem nos portos, sitiando os navios

# Retaliações ilegais do patronato contra operárias têxteis

Cerca de 2 mil têxteis do centro industrial de Aratu, na Bahia, cruzaram os braços durante 12 dias no mês de fevereiro. Eles reivindicam reajuste salarial de 50%, cumprimento do acordo coletivo, pagamento de adicional de insalubridade por trabalharem com o venenoso "pó da China", e a implantação de um plano de cargos e salários.

A greve foi considerada como legal pelo Tribunal Regional do Trabalho, o que implica na proibição de desconto dos dias parados e punição dos grevistas. Não obstante, o patronato reagiu com uma fúria brutal. Demitiu 220 trabalhadores, inclusive cipeiros, dirigentes sindicais, doentes e até mulheres grávidas, alegando justa causa.

No momento, os patrões buscam utilizar a grande imprensa para acusar o Sinditêxtil da Bahia de ter patrocinado uma greve "irresponsável". Quem vem desempenhando de maneira vil este jogo sujo é o empresário Pedro Irujo, proprietário da fábrica têxtil Stella e também da TV Itapoan e da rádio Sociedade.

O senhor Irujo se diz adepto das "mudanças e da democracia" e tem um filho deputado pelo PMDB. Mas na defesa de seus lucros mostra-se arrogante



Daniel, presidente do Sinditêxtil

e utiliza métodos próprios de fascistas. Encontrou no jornalista Fernando José um capacho sem caráter a serviço das mentiras e calúnias patronais no programa "Balanço Geral".

Os operários, desde o início, manifestaram intenção de diálogo, mas esbarraram na intransigência. O Sinditêxtil não aceita as demissões arbitrárias e vem providenciando, através do seu Departamento Jurídico, o pedido de reintegração dos grevistas. (Maria Elizete de Souza, diretora do Sinditêxtil - BA)

# 120 mil costureiras em greve no Rio de Janeiro

No último dia 13, 10 mil trabalhadores das indústrias de confecções do Rio de Janeiro realizaram uma assembleia e aprovaram greve. O movimento impressiona pelo seu porte. A categoria, a terceira maior do Estado, compõe-se de 120 mil pessoas, na sua maioria mulheres, que estão organizando piquetes com mais de 1.500 operárias para garantir o êxito do movimento.

O sindicato vinha se caracterizando pela passividade. Mas, agora, como consequência dos salários de fome, a categoria se organizou e empurrou a entidade para a luta. As principais reivindicações dos grevistas são salário de Cz\$ 4.900 para iniciantes; salário profissional de Cz\$ 6 mil; auxílio alimentação e auxílio creche para crianças com até sete anos; estabilidade no emprego e jornada de 40 horas semanais.

Um dos grandes problemas da categoria é a utilização abusiva do trabalho de menores pelos

patrões. Já no primeiro dia de paralisação, 70% dos trabalhadores cruzaram os braços. A maior dificuldade do movimento é obter a adesão das pequenas e médias empresas. Na quarta-feira passada, a greve contava com a adesão de 90%. Uma passeata espontânea das costureiras no centro da cidade reuniu 4 mil pessoas.

"Nos meus 12 anos de sindicalizada nunca tive uma greve de toda categoria", contou à Tribuna Operária a operária Maria do Socorro, membro do comitê de greve. "Até aqui ocorreram greves isoladas, como em 1986 no movimento contra a revista das operárias em final de expediente, que foi bastante reprimida pela polícia, que bateu até em mulher grávida. Já houve greves assim este ano e isto demonstrou que a gente poderia ir para a luta mais unidas, numa greve que englobasse todas as operárias, como vem ocorrendo agora", disse.

(da Sucursal)

# O povo exige melhorias no transporte em Sorocaba

A população de Sorocaba (SP) vem realizando grandes manifestações pela melhoria do transporte coletivo na cidade. Durante o carnaval, cerca de 70 ônibus foram depredados por usuários irritados com as péssimas condições do sistema de transporte e com o recente aumento das passagens, que, de Cz\$ 1,45 subiram para Cz\$ 2,50.

Após o carnaval, foi convocado um ato público no terminal de ônibus de Sorocaba para exigir mudanças no atual esquema em que funciona esse serviço. Cerca de 5 mil populares compareceram. A manifestação foi organizada por partidos políticos (PC do B, PT, PDT e PTB), entidades comunitárias e sindicais. Junto com esta iniciativa, desencadeou-se a coleta de assinaturas para um abaixo-assinado exigindo providências imediatas para melhorar o transporte, sendo que, em apenas dois dias, foram colhidas mais de 5 mil assinaturas.

A revolta da população se explica pelo desprezo quase completo das autoridades municipais e dos empresários de transportes coletivos de Sorocaba com o problema. Uma única empresa, a VIMA (Viação Manchester) monopoliza os serviços de transporte, depois de haver ganhado uma "concorrência" pública prometendo aumentar a atual frota e inscrevendo uma empresa brasileira, dada por ela unicamente para cumprir os requisitos exigidos pela Prefeitura.



Manifestação contra aumento das passagens

A Prefeitura impunha, com essa condição para explorar o sistema de transporte, a circulação mínima de uma frota de 200 ônibus na cidade. Porém, o fato é que até hoje somente 150 veículos estão rodando, ainda assim em condições precárias - a maioria inclusive sem vidros nas janelas e aparecendo nos pontos de parada de forma irregular.

O movimento já pode ser considerado vitorioso. A comissão constituída para negociar as reivindicações esteve reunida com o prefeito, que prometeu sustar novos aumentos nos preços das passagens, forçar a empresa a colocar mais 20 ônibus em circulação de imediato, além de melhorar a situação dos veículos. O estudo de viabilidade de uma empresa municipal de transporte

(da Sucursal)

# Destacar a Economia e avançar no novo visual

Com licença, pois vou entrar também nessa discussão que está havendo sobre o nosso Tribuna da Luta Operária.(...)

Acho que a TO precisa criar uma página só de economia, que seria de avaliação crítica dos fatos econômicos da semana, comentário e reprodução de textos econômicos marxistas e a publicação constante de um pequeno glossário de termos econômicos correntes, em particular os utilizados na edição.

Ultimamente, no nosso jornal, têm sido publicados excelentes artigos sobre Economia, (...) mas que ficam soltos no meio de outros assuntos. A proposta de se criar uma página de Economia tem por finalidade desenvolver o gosto pelo tema, despertar o interesse nos que não o têm (e são muitos), bem como desmistificar esta matéria que a burguesia faz questão de complicar para ficar incompreensível ao povo e, desta forma, continuar dominando.(...)

O esquema poderia ser o seguinte: Capa, Internacional, Nacional, Movimento Operário e Popular, Economia, Última Página: estas como páginas permanentes; Fala o Povo, Cultura e Esportes, Temas em Debate: que seriam publicadas alternadamente.

A mudança ocorrida no visual da capa do TO foi muito oportuna. Os desenhos de capa dos números 297 e 298 estão muito bons, e seria ótimo se o Mayrink continuasse conosco. O esquema de utilizar a metade superior da capa com ilustração ou foto ajuda a

chamar a atenção para o jornal e torná-lo mais atraente. Outra ilustração que está muito boa é a da edição nº 303 sobre a dívida externa. O revezamento com as cores verde, vermelha e azul nas edições deve continuar, mas o que precisa mudar mesmo é a qualidade da impressão das fotos que, na maioria das vezes, deixa muito a desejar.

Lí no TO nº 303 as cartas com propostas de mudança e achei particularmente interessante aquela sobre a criação de uma história em quadrinhos e da coluna social. Esta última serviria para evidenciar as contradições de classe. Neste rumo, acho também que a TO poderia, em algumas semanas, dar destaque para certos fatos policiais tipo estupro, homicídio, assalto, fazendo a análise do fato com o enfoque progressista.

Para o sucesso do jornal, porém, no que diz respeito à penetração no seio da massa e vendagem, não basta que o jornal seja bom, mesmo porque esse mérito ele já tem. É preciso também o trabalho de agitação e propaganda em relação à venda: cair no mundo, levá-lo com regularidade às portas-de-fábrica, às feiras livres, aos pontos de ônibus, onde houver massa. (...)

Quanto ao nome e ao formato do jornal, acho que deveríamos mantê-los, até ser convencido do contrário. Considero que o tamanho tabloide era mais adequado no tempo da ditadura, pois praticamente todos os jornais de oposição à época, possuíam este formato, como maneira de se diferenciar da grande imprensa. O nome "Tribuna Operária" talvez restringir um pouco, mas, por outro lado, já é um nome conhecido e identificado com as lutas do povo. Se o nome e o formato forem mudados sem que os leitores e as pessoas estejam convencidas da necessidade e importância dessas mudanças, isto poderá trazer dificuldades para o trabalho com o jornal.(...) Espero voltar ao tema outras vezes e ajudar no engrandecimento da imprensa operária.

(Evandro Favacho - Ribeirão Preto - SP)



## fala o POVO

A discussão em torno do novo jornal em que a TO está se propondo transformar, está pegando fogo! No bom sentido, é claro. Esta semana publicamos contribuições de Ribeirão Preto, em São Paulo, Jequié, na Bahia, e Itapipoca, no Ceará. Ao lado das sugestões sobre as mudanças editoriais conclamamos nossos leitores a tratar também da distribuição e vendas.

## Linguagem mais simples para a Nova Tribuna

No sentido de contribuir para melhorar o jornal TO, gostaria de emitir algumas opiniões:

1) Acho que o jornal deveria ser escrito da maneira mais simples possível, pois tenho sentido que os trabalhadores rurais têm uma certa dificuldade em compreender algumas matérias do jornal devido ao baixo nível político;

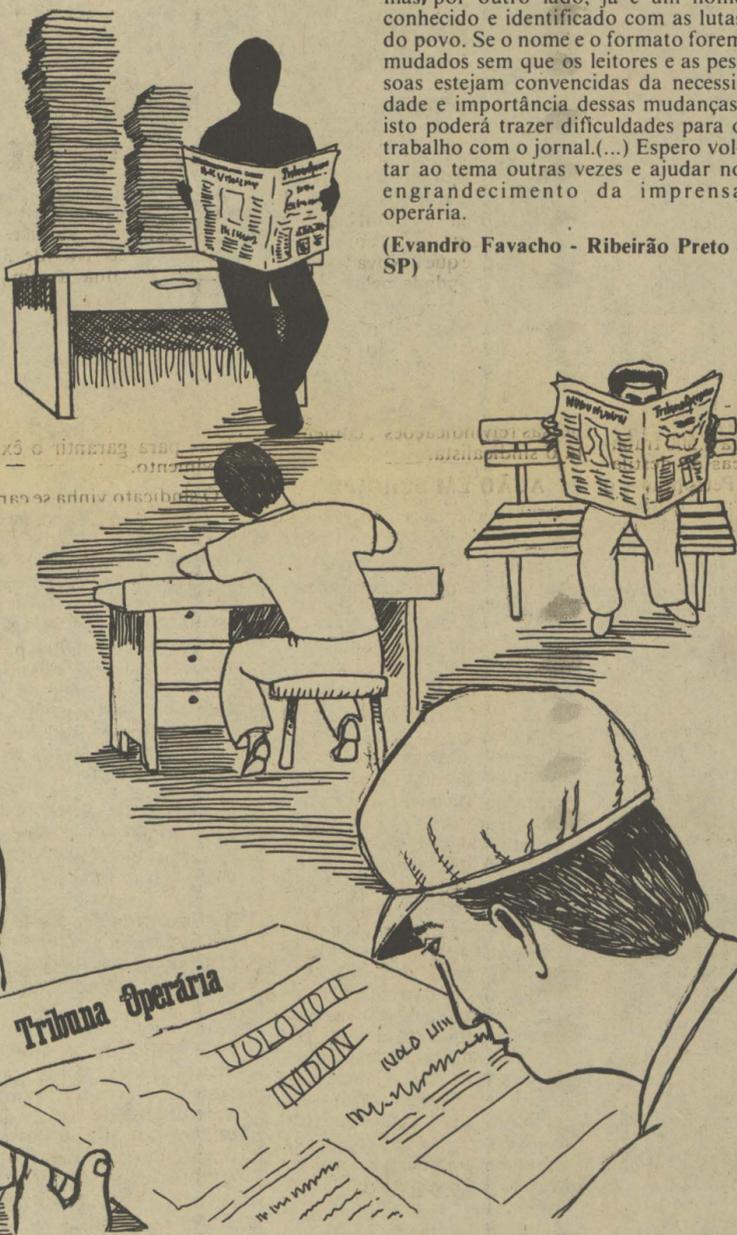
2) Concordo com a idéia do jornal ter 20 páginas e se isso for possível, gostaria de sugerir que uma delas fosse dedicada às populações camponesas, escrita de forma bem simples, usando até histórias em quadrinhos;

3) Também como sugestão, proponho que o jornal devia publicar pequenas aulas de marxismo, uma vez que a esmagadora maioria do povo não tem acesso a essa ciência;

4) Quanto ao nome e o logotipo, acho que não devem mudar.

Certo de que minha contribuição é pouca, mas quero demonstrar minha solidariedade na luta por uma imprensa operária cada vez mais forte e transformadora da realidade. Felicidades!

(George, Itapipoca, Ceará)



# As sucursais precisam ser ativadas

Estou muito contente em saber que o jornal abriu espaço para que seus milhares de leitores possam dar sugestões sobre sua estrutura: é uma mostra de que a TO é a imprensa do proletariado no país. Há muito tempo que acompanho o jornal e tenho visto a grande contribuição que ele deu para a mudança no processo político brasileiro (...).

Eu acho que o jornal tem que se

aperfeiçoar jornalisticamente com uma modernização de composição, nas reportagens que chamem mais a atenção, como por exemplo esse assunto da AIDS, tendo é claro um enfoque progressista. É necessário reportagens de acontecimentos os mais amplos possíveis, sempre numa linguagem simples, inclusive artigos mais teóricos sobre o marxismo-leninismo(...).

Na seção cultural, proponho organi-

zar mais a publicação de poemas, entrevistas, reportagens etc. É fundamental estimular a iniciativa de todas as sucursais em que o jornal circula, cobrindo os acontecimentos. Já estou conversando com vários amigos jornalistas, intelectuais e pessoas que gostam de escrever, recolhendo sugestões.(...) Pretendo ser jornalista e contribuir para propagar nossas idéias. (Domingos Ailton, Jequié, Bahia)



Camponeses assassinados pela polícia e expostos ao povo no "Caldeirão"

# "Caldeirão", desafio aos latifundiários

Fazer filmes de longa-metragem no Nordeste é tarefa das mais heróicas, Mesmo assim há quem os realize, e foi o que fez Rosemberg Cariry ao dirigir "O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto", documentário sobre uma comunidade camponesa que, em 1936 e 1937, foi destruída por ordem do governo cearense, com o apoio da Igreja local.

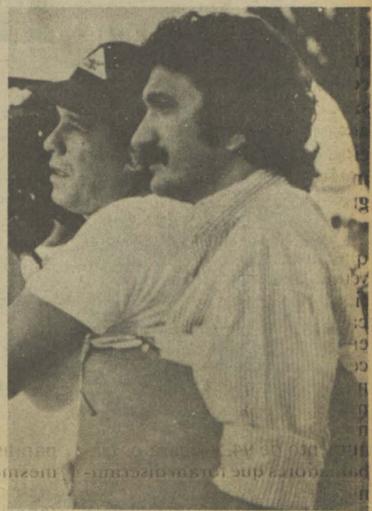
O filme de Rosemberg Cariry foi iniciado há dois anos. O argumento, o roteiro e a pesquisa são do próprio Cariry (que também é poeta e ensaísta) e de Firmino Holanda. Trata-se de uma produção onde 80% dos recursos humanos e financeiros foram conseguidos no Ceará.

Na região do Caldeirão o povo, sob a liderança do beato José Lourenço, fez do terreno, outrora infértil, uma área altamente produtiva. Plantações de algodão e de gêneros alimentícios, açudes, oficinas, tecelagens, criação de animais etc. tudo, enfim, fora resultado do trabalho coletivo. Ali, tudo era de todos. Os bens eram repartidos conforme as necessidades de cada um. No entanto, tal experiência (ocorrida no Sul do Ceará, próximo ao Crato e a Juazeiro do Norte) foi, logo após a morte do padre Cicero, em 1934, denunciada como novica. A Igreja Católica reivindicava a posse do sítio onde o povo se instalara.

## ATAQUE MILITAR

Para justificar uma ação repressiva, os poderosos da época acusaram a experiência como de "conotação comunista", podendo dali surgir um novo Canudos. Um ano após a intervenção militar, quando os bens da comunidade foram saqueados, ocorreu uma terrível matança do povo que refugiou-se na serra. O general Dutra, então ministro da Guerra, ordenou até o uso de aviões para metralharem a zona, enquanto tropas agiam por terra. O número de mortos alcançou umas 700 pessoas. Até os militares admitem que ocorreram "excessos" neste enfrentamento ao "inimigo interno", mas confessam que não têm a medida exata do terror instalado na região.

"Caldeirão de Santa Cruz do Deserto" reúne depoimentos de sobreviventes da comunidade, de historiadores e sociólogos, bem como dos militares que comandaram a des-



O filme é distribuído pela Embrafilme

truição do sítio. A poesia, a música, a cerâmica e as danças populares recriam, às vezes metaforicamente, o universo histórico-cultural abordado. Artistas como Patativa do Assaré, Dona Ciza do Barro Cru, Pedro Boca Rica e Cego Oliveira, ou ainda grupos como o Boi Lua Branca, o Guerreiro de D. Margarida ou a Banda Cabaçal dos Aniceto, se fazem presentes no filme.

## HINO EMOCIONANTE

O crítico e ensaísta Jean-Claude Bernardet considerou o primeiro longa-metragem de Rosemberg um filme "emocionante e belo". O cineasta Vladimir Carvalho ressalta que a obra "em nenhum momento perde o interesse. Muito pelo contrário, é ensaio para que se exerça de forma mais criadora possível uma narrativa como poucas vezes temos assistido na história do documentário brasileiro". Já Luis Rosemberg Filho considera "Caldeirão" um "hino de resistência cultural, nesse nosso país pintado cor-de-rosa pelas redes de televisão".

Rodado em 16 mm (a cores, incluindo cenas em preto e branco), "Caldeirão" está sendo exibido em circuito não comercial. Uma obra que aborda a secular e incessante luta do povo em busca da justa divisão da terra. Nestes tempos em que a reforma agrária está na ordem do dia, "Caldeirão", sem dúvida, é um trabalho oportuno e que cumprirá importante papel aonde quer que seja levado. Cineclubes e entidades podem requerer o "Caldeirão de Santa Cruz do Deserto" junto à Embrafilme, rua Mayring Veiga, 28, Centro, Rio de Janeiro, telefone (021) 223-2171.

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011) Telex: 01132133 TLOBR  
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abraham 2º andar - CEP 69900.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camacari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.

Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº

1399 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500.

Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatê: R. Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.

Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

**Tribuna Operária**

GOIÁS - Goiânia: R. 3, nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: R. do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.

PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746 - CEP 96200. Itajaí: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchesi, s.º 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700.

PIAUI - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1459 - Fone: 222-2044 - CEP 64.000.

PERNAMBUCO - Recife: R. Vigário Batista, 216, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. de Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiá, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: R. Senador Saraiva, 448. Fone: 2-6345 - CEP 13100.

Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500.

Osasco: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560.

Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.

SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviado Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Fundação de Documentação e Comunicação Social. Fone: 35-9738 - Impressão: 81-333333 - São Paulo, SP

# Ocupação se alastra em Guaianases

O primeiro conflito entre a PM e os ocupantes dos terrenos vazios em Guaianases, Zona Leste de São Paulo, deixou um saldo de 17 feridos: nove policiais e oito moradores. Com a reação popular foi chamada a Tropa de Choque, mas as famílias, munidas de porretes e facões, não arredaram do local, enquanto uma comissão procurava o governador Quéricia. À tarde o efetivo policial se retirou e o ambiente ficou menos tenso.

Eram seis horas da manhã do dia 18 e cerca de 40 policiais chegaram no terreno ao lado da fábrica de móveis Sakai, no município de Ferraz de Vasconcelos, divisa com São Paulo, ocupado por umas 50 famílias sem teto. A PM imediatamente passou a derrubar os pequenos barracos, muitos com pessoas ainda dentro, e levaram seus ocupantes para a Delegacia. Um rojão foi solto - sinal convencionado entre os moradores da presença da polícia - e em seguida centenas de pessoas dos terrenos da vizinhança se dirigiram ao local. A multidão rompeu a barreira policial que cercava o lote. Do confronto saíram vários feridos.

"Os policiais chegaram e desceram o cacete e aí o pessoal reagiu", conta um dos participantes do conflito. "Uma mulher acertou uma pedrada na cabeça do PM, que derrubou seu boné", acrescenta. A violência da PM não conteve os ânimos. Dilma da Conceição Oliveira, grávida e mãe de dois filhos, instantes após a pancadaria, conta o que viu: "Jogaram cachorro em cima de nós e quase mataram uma criança. Se eles não respeitam a gente, nós não vamos respeitá-los. Já demos umas pedradas neles e foram dois policiais pro hospital".

Os moradores ocuparam novamente o terreno sob as vistas dos policiais que se mantiveram afastados. Por volta do meio dia chegaram 60 soldados da Tropa de Choque, fazendo uma barreira ameaçadora em frente dos ocupantes que não arredaram pé, guarnecidos com seus porretes e facões nas mãos. Muitos deles eram mulheres, que demonstravam uma coragem surpreendente. Josefina Barbosa, franzina, sentou com seu filho de quatro anos diante dos truculentos soldados com seus escudos e cassetetes de madeira. Com voz decidida, ela declarou ao repórter da Tribuna Operária:

"Eu não tenho medo. O que eu quero é um pedaço de terra. Tenho cinco filhos e a polícia derrubou o meu barraco hoje. Acho que eles não vão ter coragem de me bater". Uma outra mulher comentava numa rodinha: "Quem se mete nisso é porque tem coragem de levar umas pancadas".

Às 16 horas Elgito Boaventura, líder dos ocupantes, trouxe a notícia de que o Secretário de Segurança Pública havia ordenado a retirada dos policiais. Havia também a promessa do Secretário de Habitação entrar em negociação com os moradores. A saída da tropa foi comemorada com alegria.

## Em vinte dias 4 mil famílias ocupam lotes

Esta luta por um pedaço de terra na Zona Leste de São Paulo começou na noite de 27 para 28 de fevereiro, quando cerca de 200 famílias ocuparam uma gleba vazia no Jardim Lourdes, em Guaianases. Eram trabalhadores que não tinham mais condições de pagar os altos preços dos aluguéis. E havia na região o precedente de uma ocupação vitoriosa ocorrida em 1982, a Vila 1ª de Outubro.

A notícia se espalhou e cada dia chega uma leva humana à comissão organizadora se inscrevendo para ocupar lotes de seis por 20 metros. Todos os terrenos vazios vão sendo ocupados. Depois de 20 dias, aproximadamente 4 mil famílias já estavam instaladas nos lotes do Jardim Lourdes, Jardim Nazaré, Jardim Rosana, Vila Iolanda, Jardim Paulista e também no município de Ferraz de Vasconcelos. Os proprietários se apavoraram com esta reforma urbana que está sendo feita na marra. E procuram se



Foto: Esmelin Fernandez

esquivar de qualquer responsabilidade na resolução deste problema social. Um proprietário destes latifúndios urbanos da região comentava: "Não temos culpa se as pessoas estão ganhando pouco, se o aluguel está caro, se chegaram a esse estado de miséria". E pedem ação da polícia.

Os terrenos ocupados parecem formigueiros humanos. Os lotes são limpos e alguns já levantaram barracos de blocos, outros fizeram com plásticos e madeira compensada. Nisia Bezerra, com seu bebê no colo conversava com a amiga em frente ao seu barraco de dois cômodos e comenta: "Estou gostando daqui, mas espero que a polícia não apareça". Nisia e seu marido, metalúrgico, escaparam do aluguel e de uma enchente que levou boa parte de seus utensílios domésticos.

A casa de Dilma Conceição Oliveira só tem as paredes levantadas e ainda não foi coberta. Quando chove eles se abrigam debaixo de um plástico. Ela pagava mil cruzados por dois cômodos e diz: "Do jeito que o aluguel aumentou não temos condições de pagar".



Foto: Raul Junior

Com um estouro de rojão centenas de pessoas se reúnem para evitar qualquer ameaça de despejo

## Direito de uso do solo

Há vários anos os moradores de baixa renda, não só de São Paulo, como de vários outros grandes centros urbanos, tem optado por ocupar terrenos vazios ou mesmo casas já construídas, mas abandonadas. Este movimento está diretamente ligado com o aumento do desemprego, dos aluguéis e da carestia. Em São Paulo, por exemplo, entre 1981 e 1983 milhares de famílias entraram em áreas urbanas vazias. Em alguns locais conseguiram ficar, em outros foram despejados.

Existe uma gritante injustiça na ocupação do solo urbano. Enquanto milhões de pessoas se apinham em cortiços e favelas, pagam altos aluguéis, há enormes áreas vazias à espera de valorização. Cerca de 40% da área urbana de São Paulo é constituída de lotes sem nenhum tipo de construção, o que daria para abrigar pelo menos três milhões de pessoas.

Desde 1983 está em trami-

tação no Congresso Nacional um projeto de lei que pretende disciplinar o uso do solo urbano. Mesmo sendo tímido para as necessidades da população, a Lei do Desenvolvimento Urbano é avançada em relação ao que existe hoje. Mas devido à pressão dos lobbies dos empresários da construção civil e do mercado imobiliário, até hoje ainda não foi votada.

Diante deste caos urbano e premido pelas necessidades dos moradores atropelam a legislação antiquada e fazem uso das áreas que estão servindo apenas para a especulação imobiliária.

O problema da moradia em nosso país só será resolvido com mudanças radicais em nossa sociedade. Como o governo não encara estas medidas com a seriedade necessária, o povo toma em suas mãos estas medidas paliativas - como a ocupação da terra - para ter um lugar onde morar.

Maria Helenice da Silva vai contente, com enxada nas costas, limpar seu lote. "Desde que casei o meu sonho é ter um terreno. Até já fiz uma promessa", diz ela. O marido de Maria Alice é ajudante de vidreiro, salário de Cz\$ 2.800, e ela trabalha de diarista na faxina. "Já tentamos comprar terreno não é de hoje, mas não dá por causa do preço. A minha cunhada me falou disto aqui e eu vim", comenta. Maria José da Silva, grávida e mãe de três filhos, confessa: "Tiramos da boca pra fazer o barraco". Todo este sacrifício é para fugir do aluguel, que de sopetão, saltou de Cz\$ 300 para Cz\$ 2.200.

Agnaldo Valadão de Azevedo, membro da comissão organizadora, explica o porque de todo este ímpeto de resistência das famílias: "Quem realmente está precisando vai encarar a luta". Uma ocupante resume a situação: "Você acha que quem tem sua casa vai vir pra cá, tomando chuva e enfrentando a polícia? Quem está aqui é porque precisa".

Domingos Abreu)



"Tiramos da boca para comprar material": afirmação dos ocupantes e que mostra sua penúria

# Bancários farão greve nacional dia 24

## Não se pode vacilar

A greve nacional dos bancários poderá ganhar força em todo o país e arrancar dos banqueiros o atendimento às reivindicações. É necessário, entretanto, que os dirigentes sindicais criem um clima de combate na categoria, não fiquem vacilando ou subestimando sua capacidade. O grau de revolta é grande. O salário é de fome. Os bancários querem uma solução para seu drama.

O movimento enfrenta algumas dificuldades, que podem ser superadas. A primeira é que uma parcela significativa da categoria tem

pagamento no dia 25 ou após. Outro problema é que a mobilização em São Paulo e Rio ainda é baixa, com exceção dos funcionários do Banco do Brasil. E há ainda a questão de governo e banqueiros prepararem-se para reprimir violentamente os trabalhadores. Mas em contraposição a estes senões existe uma insatisfação generalizada na categoria com o seu padrão de vida e condições de trabalho. Uma luta unitária, com garra, é a melhor garantia para a nossa vitória.

(Álvaro Gomes, secretário-geral do Sindicato dos Bancários da Bahia)

Bancários de todo o país devem entrar em greve no dia 24. A decisão foi adotada no Encontro Nacional dos Bancários, realizado dia 14 em Campinas (SP). A categoria reivindica 100% de reajuste salarial, mas no dia 17 a Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) divulgou nota oficial recusando-se a negociar com os trabalhadores.

A situação dos bancários piora a cada dia. O piso salarial é de apenas Cz\$ 2.710 - eles reivindicam piso de Cz\$ 5.563,47. De acordo com cálculos do Dieese, os funcionários de banco tiveram uma defasagem salarial de 100%, e é essa reposição salarial que reivindicam na atual campanha. Segundo Lúcio César Pires, 2º vice-presidente da Federação dos



Bancários dos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os trabalhadores "visam apenas a recuperação da perda salarial verificada a partir do Plano Cruzado".

A pauta de reivindicações foi entregue aos banqueiros em 12 de fevereiro. Só em 17 de março a Febraban se dignou respondê-la, e mesmo assim numa

nota oficial que pode ser considerada, no mínimo, desafiadora. Os banqueiros dizem que já concederam reajustes no limite de suas possibilidades e que o setor apresentou "desempenho negativo" em 1986, em comparação com ano anterior. Parece até piada. Afinal, só o Bradesco lucrô no segundo semestre do ano passado,

Cz\$ 3,9 bilhões - isso segundo os dados do próprio banco, sempre sujeitos a manipulações que visam "enganar" o Imposto de Renda e o fisco. Cabe lembrar, ainda, que no ano passado os banqueiros passaram a cobrar taxas de serviços antes inexistentes (por pagamentos de contas, para fornecimento de talões de cheques etc.).

Foi essa situação, aliada às dificuldades econômicas que enfrentam no dia a dia e à exploração de que são vítimas no trabalho, que levou os 7 mil bancários, representando 152 entidades da categoria em todo o país, a deliberarem pela greve nacional a partir do dia 24, com tempo indeterminado de duração. E os bancários desde já aconselham: "Você que tem conta em banco, é bom sacar antes do dia 24."